

COMPLEXO HOSPITALAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Rua Pastor Samuel Munguba, nº 1290 - Bairro Rodolfo Teófilo  
Fortaleza-CE, CEP 60430-372  
- <http://ch-ufc.hubrasil.gov.br>

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23533.042445/2024-20

## PROJETO E BÁSICO DE CONTRATAÇÃO

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Anteprojetos, Projetos Legais e Projetos Básicos em BIM (*Building Information Modeling* - Modelagem da Informação da Construção) para a Reforma, Ampliação e Construção dos Ambulatórios (Novas Ilhas) do Complexo Hospitalar da UFC d(CH-UFC).

1.2. A contratação do objeto engloba 1 (um) item conforme descrito no Quadro 01:

**Quadro 01. Serviços do objeto da contratação.**

GRUPO	CÓDIGO CATSER	ITENS	NOME DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO/SERVIÇO	UNIDADE
833	20060	1	Elaboração / análise projeto - engenharia.	Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Anteprojetos, Projetos Legais e Projetos Básicos em BIM ( <i>Building Information Modeling</i> - Modelagem da Informação da Construção) para a Reforma, Ampliação e Construção dos Ambulatórios (Novas Ilhas) do Complexo Hospitalar da UFC (CH-UFC)	1

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O CH-UFC, composto pelo Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC e Maternidade Escola Assis Chateaubriand - Meac, tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins. Uma das áreas propostas para a intervenção está localizada em área ocupada por edificações antigas do CH-UFC, que foram projetadas para atendimento às demandas de sua época. Atualmente sofre os mesmos problemas de uma parte dos hospitais universitários, ou seja, obsolescência de suas instalações e necessidade de investimentos para sua recuperação.

2.2. Os ambulatórios (ilhas) do CH-UFC encontram-se distribuídos em diferentes edificações antigas, que não atendem às normas de segurança, acessibilidade e regulamentações técnicas atuais. A dispersão geográfica desses ambulatórios, incluindo sua separação do Serviço de Arquivo Médico (SAME) e a localização em edifícios distintos conectados por vias públicas, gera significativas dificuldades para pacientes, especialmente no que diz respeito à localização e ao acesso. Esse cenário também compromete o controle de acesso, aumenta a complexidade logística e eleva os custos operacionais e de manutenção.

2.3. Várias adequações foram feitas ao longo do tempo para adequar o CH-UFC a novos programas, como ainda serão. Desta forma, a Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar (DLIH) do CH-UFC identificou através de demanda do setor assistencial, a necessidade de adequação dos ambulatórios que compreendem atualmente todo o complexo, de diversos setores de apoio, como ainda a inclusão de ambulatórios que estão localizados em outros locais, onde podemos elencar: Ambulatórios de Dermatologia, Endocrinologia, Cirurgias/Pequenas Cirurgias, Odontologia, Proctologia, Urologia, Audiometria, Fonoaudiologia, Otorrinolaringologia, Gastroenterologia, Neurologia, Hepatologia, Infectologia, Clínica Médica e Ouvidoria; Traumatologia/Ortopedia e Nefrologia/Transplante Renal; Saúde Mental/Psiquiatria, Saúde de Cardiologia, Linhas de Cuidado em Obesidade, Linhas de Cuidado em Diabetes, Cuidados Paliativos, Ambulatório do Servidor, Hematologia do Hemoce, Transplante de Medula Óssea, Oftalmologia, Transplante Hepático, Pediatria, Geriatria, Pneumologia, Reumatologia, Fisioterapia, Mastologia, Ginecologia 1, Materno Fetal, Ginecologia 2, Adolescente, Neonatologia, Hospital Dia, Farmácia Ambulatorial, Ouvidoria, Hotelaria, Manutenção, Tecnologia da Informação, Áreas Técnicas, Auditório e Áreas para Convivência e Descompressão, Marcação de Consultas (Meac e HUWC) e Estacionamento, o que requer a elaboração de estudos de viabilidade para as áreas possíveis, diversas disciplinas de projetos (arquitetura, engenharia e afins), planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais documentações legais, com a finalidade de suprir todas as necessidades no âmbito de projetos para posterior contratação do projeto executivo e da execução da obra.

2.4. Propõe-se a construção de um edifício único para integrar todos os ambulatórios, que incluiria áreas para exames de imagem ambulatorial, centro cirúrgico ambulatorial, SAME, marcação de consultas, auditoria, central de controle e segurança, farmácia ambulatorial, hall de espera, elevadores, espaços de convivência para residentes e profissionais, ilhas didáticas, dormitórios para residentes, copas, banheiros para funcionários e pacientes, DML, consultórios odontológicos, salas de apoio acadêmico e auditório.

2.5. A elaboração de Projetos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) em BIM é fundamental devido à intrínseca complexidade e à vasta interface entre os diversos sistemas e a arquitetura. Em ambientes hospitalares, a coordenação de disciplinas como instalações hidráulicas, elétricas, climatização, gases medicinais, dados e sistemas de segurança, que se somam à rigorosa arquitetura focada na funcionalidade e na biossegurança, é um desafio constante. O BIM permite a integração e visualização tridimensional desses elementos, identificando conflitos e otimizando o fluxo de trabalho antes mesmo da construção. Isso resulta em maior precisão no planejamento, redução de erros e retrabalhos, diminuição de custos e prazos, além de garantir a conformidade com as exigências regulatórias e a otimização do desempenho do edifício ao longo de seu ciclo de vida. A adoção do BIM, portanto, não é apenas uma conveniência, mas uma necessidade estratégica para garantir a eficiência, segurança e funcionalidade dos EAS modernos.

2.6. Assim, temos a definição do objeto proposto para esta contratação:

***Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Anteprojetos e Projetos Básicos em BIM para a Reforma, Ampliação e Construção dos Ambulatórios (Novas Ilhas) do CH-UFC.***

2.7. Deverão ser avaliadas nesta contratação dois possíveis locais para a construção desta edificação (Anexo III - Planta de Localização (51849364) e Figura 1):

2.7.1. Local 1: Na área hoje ocupada pelos Ambulatórios: Neste local, toda a intervenção deverá abranger a demolição do pavimento térreo existente para posterior construção de uma nova edificação com a quantidade de pavimentos superiores que se fizerem necessários, atendendo assim o programa de necessidades, compostos por vários ambientes destinados ao atendimento ambulatorial do CH-UFC, de apoio ao diagnóstico e terapia, apoio técnico, de ensino e pesquisa, apoio administrativo, apoio logístico e demais áreas. Deverá ser levado em conta, que as áreas circundantes deverão continuar em funcionamento, mesmo que seja necessário o remanejamento de áreas e a execução dos futuros serviços da obra em etapas;

2.7.2. Local 2: Na área hoje ocupada pelos estacionamentos, ruas internas de circulação e áreas de ambulatórios e internação do Bloco Central do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC). Deverá ser levado em conta, que a parte do Bloco Central do HUWC deverá continuar em funcionamento, mesmo que seja necessário o remanejamento de áreas e a execução dos futuros serviços da obra em etapas.



**Figura 1. Possíveis locais de implantação da Edificação dos Novos Ambulatórios (Novas Ilhas) em vermelho.**

2.8. A definição do local de intervenção se dará no transcorrer do contrato, conforme especificado neste Projeto Básico de Contratação.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O objeto desta contratação é a Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Anteprojetos e Projetos Básicos em BIM para a Reforma, Ampliação e Construção dos Ambulatórios (Novas Ilhas) do Complexo Hospitalar da UFC (CH-UFC), contemplando:

3.2. Levantamento em campo;

3.3. Levantamento de dados;

3.3.1. Programa de necessidades Revisado;

3.3.2. Estudos Técnicos Preliminares;

- 3.3.3. Anteprojetos;
- 3.3.4. Projetos Legais e aprovações nos órgãos competentes;
- 3.3.5. Projetos Básicos;
- 3.3.6. Memoriais descritivos;
- 3.3.7. Memoriais de cálculo;
- 3.3.8. Orçamentos referenciais, cronogramas físico-financeiros e documentação complementar;
- 3.3.9. Laudos técnicos e ensaios (quando for o caso);
- 3.3.10. Elementos que se fizerem necessários para a clareza e delineação do objeto, de acordo com especificações, anexos, encartes e instruções complementares previstas no instrumento convocatório;
- 3.3.11. Coordenação e supervisão de projetos em BIM.
- 3.4. Deverão ser utilizadas as seguintes definições:

3.4.1. **ÁREA CONSTRUÍDA:** Seguindo o inciso VIII do ANEXO VI - CONCEITOS RELACIONADOS AO AMBIENTE CONSTRUÍDO da Lei Complementar nº 286 de 06 de janeiro de 2020, temos que área construída é "é a área de construção de piso, inclusive as ocupadas por paredes e pilares, incluindo-se as áreas comuns e excluindo-se os vazios de poços de ventilação e iluminação."

3.4.2. **ÁREA DE COBERTURA:** É a medida, em metros quadrados (m<sup>2</sup>) , da superfície da projeção, em plano horizontal, da cobertura da edificação, nela incluída superfícies das projeções de paredes, pilares, marquises, beirais e demais componentes das fachadas;

3.4.3. **ÁREA DO TERRENO:** É a medida, em metros quadrados (m<sup>2</sup>) , da superfície da projeção, em plano horizontal, das linhas divisórias entre o terreno e o logradouro público/lotos vizinhos;

3.4.4. **COMPATIBILIZAÇÃO DOS PROJETOS:** compreende a continua realização de integração entre os projetos de arquitetura e de engenharia, de modo a não existirem conflitos entre as soluções adotadas. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.5. **COORDENAÇÃO DE PROJETOS:** integrar e coordenar os projetos para construção de uma edificação, que inclua a elaboração simultânea dos projetos, além de garantir o cumprimento dos prazos e da compatibilização entre os projetos. Deve ser profissional habilitado profissionalmente relacionado na equipe técnica mínima. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.6. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** texto no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.7. **ESTUDO PRELIMINAR:** conjunto de elementos que objetivam analisar o empreendimento sob os aspectos técnico, ambiental, econômico, financeiro e social, caracterizando e avaliando as possíveis alternativas para a implantação do projeto e procedendo à estimativa do custo de cada uma delas;

3.4.8. **HOSPITAL:** É a instituição destinada a internar pacientes para diagnóstico e tratamento médico, incumbindo-lhe, ainda atender aqueles não necessitados de internação.

3.4.9. **AMBULATÓRIOS:** Estabelecimentos de saúde destinados a oferecer serviços ambulatoriais, onde os pacientes são atendidos para consultas médicas, realização de exames e tratamentos, sem a obrigatoriedade de pernoitar no local. Sua principal atividade é a consulta ambulatorial ou a assistência intermediária, ou seja, o atendimento médico que ocorre sem a necessidade de internação hospitalar prolongada.

3.4.10. **LEVANTAMENTO DE DADOS:** etapa destinada à coleta das informações de referência que representa as condições preexistentes, de interesse para instruir a elaboração do projeto a que se propõe. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;;

3.4.11. **LEVANTAMENTO FÍSICO EM CAMPO:** consiste no levantamento físico realizado a partir de medições no local da obra e representação gráfica de seus elementos arquitetônicos e estruturais, através de desenhos técnicos como plantas, cortes, fachadas, perspectivas, memoriais e outros, conforme o caso. Este item deve ser realizado na visita inicial da Contratada ao hospital, de forma a levantar todos os elementos e informações técnicas necessárias à adequada execução do contrato. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.12. **MEMORIAL DE CÁLCULO:** Documento contendo os parâmetros, a metodologia, as normas e técnicas utilizadas no dimensionamento dos elementos construtivos do projeto, com o demonstrativo dos cálculos efetuados. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.13. **MEMORIAL DESCRITIVO:** Documento que deve ser entregue junto com cada um dos projetos (separadamente) contendo todas as informações para o entendimento do projeto, como as premissas básicas adotadas para o seu desenvolvimento, justificativas para a solução adotada, a legislação aplicada (municipal, estadual e federal), bem como as normas técnicas vigentes e especificações dos materiais a serem empregados na obra (específicos de cada projeto). Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;



3.4.14. ORÇAMENTO: Conjunto de elementos técnicos que deve assegurar a viabilidade da obra e, principalmente, possibilitar a avaliação do custo da obra. Representa a estimativa detalhada e fundamentada do custo total de uma obra, e deve ser elaborado com precisão para garantir a economicidade e a transparência do processo de contratação. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.15. ORDEM DE SERVIÇO: Documento, emitido pela Contratante, que determina expressamente o início da execução do serviço previsto em contrato, seguindo cronograma apresentado no Termo de Referência.

3.4.16. PROGRAMA DE NECESSIDADES: Documento técnico fundamental e obrigatório para o planejamento e a elaboração de projetos arquitetônicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS). É um guia detalhado que descreve todas as necessidades, requisitos e características que a edificação deve ter para funcionar de maneira eficiente, segura e adequada ao tipo de serviço de saúde que irá prestar. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973), normas ABNT vigentes, RDC 50/2002 e Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003);

3.4.17. PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA: Conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização e licitação da obra a ser executada, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento, conforme OT - IBR 001/2006. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;

3.4.18. PROJETO LEGAL: Etapa destinada à representação das informações técnicas necessárias à análise e aprovação, pelas autoridades competentes, da concepção da edificação e de seus elementos e instalações, com base nas exigências legais (municipal, estadual e federal), e a obtenção do alvará ou das licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades de construção. As autoridades competentes a que se refere esse item são: Corpo de Bombeiros Militar, Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), concessionária de energia elétrica e Companhia de Águas e Esgoto, entre outros. Conforme Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973) e normas ABNT vigentes;.

3.5. Foi elaborada uma versão inicial do Programa de Necessidades, que deverá ser revisada durante a contratação (Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003));

3.6. Os projetos elaborados nesta contratação deverão seguir as Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia em Hospitais Universitários Elaborados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

3.7. Os arquivos CAD elaborados no âmbito dos projetos deverão seguir as Diretrizes Gerais para Intercambialidade de Projetos em CAD da ASBEA (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura);

3.8. O Plano de Execução BIM definido pela contratante encontra-se no Anexo II - Plano de Execução BIM - R01 (51610870);

3.9. O Plano de Execução BIM deverá ser detalhado e revisado pela contratada, apresentando no mínimo:

3.9.1. Matriz de responsabilidade;

3.9.2. Fluxo de trabalho para o processo BIM;

3.9.3. Lista de softwares e versões;

3.9.4. Estratégia de Controle de Qualidade;

3.9.5. Indicação do Coordenador e/ou Gerente BIM.

3.10. Os projetos em BIM deverão ser elaborados atendendo também o Anexo VI- R01 - BIM Mandate (59540456);

3.11. A solução como um todo deverá incluir todos os projetos, estudos, relatórios, e respectivas aprovações nos órgãos legais e concessionárias, para futura contratação e execução da Obra de Reforma e Ampliação dos Novos Ambulatórios (Novas Ilhas) do CH-UFC;

3.12. Os projetos deverão ser elaborados em *Building Information Modeling* (BIM), devendo a empresa contratada fornecer acesso aos fiscais técnicos e gestão contratual de visualizadores de arquivos BIM, de forma que a contratante possa avaliar e acompanhar a elaboração dos projetos. As entregas também deverão conter plantas em formato CAD, atendendo à 1ª Edição do Manual de Representação Gráfica para Projetos de Arquitetura e Engenharia em CAD (disponível em <<https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao-e-normas/legislacao-e-normas-de-infraestrutura/manual-de-representacao-grafica-para-projetos-de-arquitetura-e-engenharia-em-cad-1a-edicao>>) ou versão mais atual. Os projetos em BIM deverão seguir o que consta no Anexo II - R02 - Plano de Execução BIM (58884022).

3.13. Conforme o Programa de Necessidades Inicial, temos a necessidade de contratação das seguintes disciplinas de projetos, estudos e documentos:

3.13.1. Estudo de Viabilidade técnico-financeira (EVI);

3.13.2. Programa de necessidades atualizado (PNE);

3.13.3. Estudos Técnicos (TEC) de cada disciplina de projeto;

3.13.4. Projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCIP);

3.13.5. Projeto de instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);

- 3.13.6. Projeto de urbanismo - incluindo acessibilidade, paisagismo, iluminação externa e comunicação visual externa (URB);
- 3.13.7. Projeto de arquitetura - incluso comunicação visual interna e mobiliário fixo (ARQ);
- 3.13.8. Projeto de fundações (FUN);
- 3.13.9. Projeto estrutural (EST);
- 3.13.10. Projeto de instalações hidráulicas (HID);
- 3.13.11. Projeto de instalações sanitárias (SAN);
- 3.13.12. Projeto de águas pluviais e de drenagem de equipamentos de climatização (DRE);
- 3.13.13. Projeto de instalações elétricas de baixa tensão (ELE);
- 3.13.14. Projeto de instalações elétricas de média tensão - incluso projeto de subestação (ELE) e ligação da rede de distribuição da concessionária;
- 3.13.15. Projeto de sonorização (SON);
- 3.13.16. Projeto de instalações de telecomunicações e cabeamento estruturado (TEL);
- 3.13.17. Projeto de sinalização de enfermagem (ENF);
- 3.13.18. Projeto de instalações prediais de gás combustível (GCO);
- 3.13.19. Projeto de gases medicinais, vácuo e ar comprimido (GMV);
- 3.13.20. Projeto de aquecimento, ventilação e Ar condicionado (AVAC);
- 3.13.21. Projeto de condicionamento acústico (ACU);
- 3.13.22. Projeto de movimentação de terra, pavimentação e drenagem (MPD);
- 3.13.23. Projeto de instalações elétricas para iluminação externa (ILE);
- 3.13.24. Projeto de linhas de vida e ancoragem (LVA);
- 3.13.25. Projeto de Circuito Fechado de TV e Segurança (CTV);
- 3.13.26. Projeto de Controle de Acesso (CTA);
- 3.13.27. Projeto de Instalações de Vapor e Água Quente (VAQ);
- 3.13.28. Projeto de Demolição de Estruturas (DEM);
- 3.13.29. Projeto de Sistema de IT Médico (ITM);
- 3.13.30. Projeto de impermeabilização (IMP);
- 3.13.31. Projeto de Grupos Geradores (GRG);
- 3.13.32. Projeto de Elevadores (ELV);
- 3.13.33. Projeto de Automação e Supervisão (AUT);
- 3.13.34. Projeto de canteiro de obras (CAN);
- 3.13.35. Orçamento e cronograma físico financeiro (ORÇ);
- 3.13.36. Levantamento físico arquitetônico interno e externo das edificações (LEV);
- 3.13.37. Levantamento cadastral e planialtimétrico georreferenciado do terreno e do entorno da intervenção (LCA);
- 3.13.38. Estudo/Relatório de Impacto de Vizinhaça - EIV/RIV (EIV);
- 3.13.39. Relatório de Impacto Sobre o Trânsito - RIST (RST);
- 3.13.40. Plano de Contingenciamento (PLC);
- 3.13.41. Memoriais Descritivos (MEM) de cada disciplina de projeto;
- 3.13.42. Relatórios Técnicos (REL) de cada disciplina de projeto;
- 3.13.43. Caderno de Encargos (ENC);
- 3.13.44. Caderno de Especificações (ESP).

3.14. Também conforme o Programa de Necessidades Inicial, têm-se uma previsão de uma área construída total de 21.447,68m<sup>2</sup>. Entretanto esta quantidade poderá sofrer variações conforme o avanço dos estudos e projetos. Acréscimos de área de até 5% deste valor total não serão objetos de aditivos contratuais, conforme ENCARTE G - MATRIZ DE RISCOS - ETAPA DE GESTÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL.

3.15. A contratada deverá elaborar os projetos, estudos e documentos listados no item 3.13.

3.16. Os produtos serão divididos nas seguintes etapas e sub-etapas, cujos requisitos básicos estão apresentados no Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973):

3.16.1. **Etapla 1 - Estudos Técnicos Preliminares (BIM LOD 100):**

3.16.1.1. **Sub-etapa A - Levantamento de Dados e Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira:**

3.16.1.1.1. **Relatório de Levantamento de Dados:** Consolidação de informações coletadas em visitas técnicas ao local do projeto, análise da legislação e normas pertinentes (ANVISA, Vigilância Sanitária, Código de Obras, etc.) e informações sobre a infraestrutura existente (acessos, saneamento, energia, etc.).

3.16.1.1.2. **Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira:** Análise da viabilidade técnica e viabilidade financeira dos dois locais iniciais previstos para a implantação do projeto (Anexo III - Planta de Localização (51849364)). Deverá indicar o local preferencial para a implantação do projeto, incluindo estimativa de custos dos dois locais conforme Faixa de Precisão da OT - IBR 004/2012 e cronograma físico-financeiro estimado.

3.16.1.1.3. **Consulta de Adequabilidade Locacional para Construção Civil:** Consulta a ser realizada junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA);

3.16.1.1.4. Nesta sub-etapa deverá ser definida pelo Colegiado Gestor do CH-UFC a localização definitiva de implantação do Projeto. A Equipe de Gestão e Fiscalização Técnica irá encaminhar para o Colegiado Gestor do CH-UFC os produtos desta sub-etapa para a avaliação e tomada da decisão.

3.16.1.2. **Sub-etapa B: Estudo Técnico Preliminar, Produtos em BIM, Levantamento Topográfico e Estudos Geotécnicos:**

3.16.1.2.1. **Produtos em BIM:**

3.16.1.2.1.1. **Arquitetura:** Massa Geral do Edifício (Requisito Gráfico LOD 100 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de Função, Área Bruta e Orientação);

3.16.1.2.1.2. **Projetos Complementares (MEP):** Sistemas Gerais (Requisito Gráfico LOD 100 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de Tipo de Sistema e Cargas Estimadas);

3.16.1.2.1.3. **Estrutura e Fundações:** Elementos Estruturais (Requisito Gráfico LOD 100 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de Tipo de Sistema Estrutural).

3.16.1.2.2. **Pranchas em CAD:** Deverão ser apresentadas as plantas em CAD em nível de Estudo Técnico Preliminar, dos projetos de Arquitetura, Complementares (MEP), Estrutura e Fundações;

3.16.1.2.3. **Levantamento Topográfico:** Conforme definição do local de implantação do projeto, deverá ser realizado o levantamento topográfico e cadastral;

3.16.1.2.4. **Estudos Geotécnicos:** Conforme definição do local de implantação do projeto, deverão ser realizados os estudos geotécnicos (sondagens, ensaios de caracterização do solo, etc);

3.16.1.2.5. **Plano de Contingenciamento:** Plano elaborado para orientar as ações de preparação e execução de obra visando minimizar os impactos no funcionamento dos ambientes.

3.16.1.2.6. **Programa de Necessidades** Revisado e Atualizado;

3.16.2. **Etapla 2 - Anteprojeto em BIM (BIM LOD 200):**

3.16.2.1. **Relatório de Detalhamento do Programa de Necessidades:** Uma versão refinada e detalhada do programa de necessidades. Inclui a lista completa de ambientes, suas dimensões otimizadas, os requisitos específicos para cada um (iluminação, ventilação, acabamentos, equipamentos fixos, pontos de elétrica e hidráulica e demais instalações), e a relação entre eles.

3.16.2.2. **Plantas de Anteprojeto Arquitetônico:** Plantas baixas de todos os pavimentos (com cotas gerais, nomes dos ambientes, eixos de estrutura e indicação de áreas), plantas de cobertura, cortes significativos (transversais e longitudinais), fachadas (com indicação de materiais e esquadrias), e fluxogramas detalhados de pacientes, profissionais, materiais limpos e sujos, resíduos, entre outros.

3.16.2.3. **Plantas de Anteprojeto MEP:** Croquis ou plantas esquemáticas das principais instalações (hidrossanitárias, elétricas, dados/telefonias, gases medicinais, ar-condicionado, prevenção e combate a incêndio, etc.). Podem indicar as principais prumadas, pontos de consumo/saída, quadros elétricos e centrais.

3.16.2.4. **Plantas do Projeto Estrutural e de Fundações:** Proposta do sistema estrutural a ser adotado (concreto armado, estrutura metálica, estrutura mista, etc.), localização preliminar de pilares, vigas e lajes, e indicação das fundações. Deve atender a Orientação Técnica IBRAOP OT - IBR 006/2016 - Anteprojeto de Engenharia;

3.16.2.5. **Pranchas em CAD:** Deverão ser apresentadas as plantas em CAD em nível de Anteprojeto, dos projetos de Arquitetura, Complementares (MEP), Estrutura e Fundações, que devem atender a Orientação Técnica IBRAOP OT - IBR 006/2016 - Anteprojeto de Engenharia;

3.16.2.6. **Memoriais Descritivos:** Documentos que descrevem de forma mais aprofundada as soluções adotadas para a arquitetura (acabamentos, tipos de esquadrias, sistemas construtivos), instalações hidrossanitárias (tipos de tubulações, sistemas de aquecimento de água), instalações elétricas (carga prevista, tipo de iluminação, pontos de tomadas e lógica), climatização (tipo de sistema, zonas de controle, equipamentos), outros sistemas específicos (gases medicinais, prevenção de incêndio, etc.) e sistema estrutural.

3.16.2.7. **Plano de Contingenciamento Revisado e Atualizado;**

### 3.16.2.8. **Plano de Execução BIM Atualizado;**

3.16.2.9. **Orçamento Preliminar e Cronograma Físico-Financeiro Preliminar:** Atualização da estimativa de custos, com maior detalhamento em relação aos ETPs, considerando as soluções arquitetônicas e os sistemas preliminares definidos. Deverá estar de acordo com a IBRAOP OT - IBR 004/2012, incluindo quantitativos de serviços apurados no anteprojeto ou estimados por meio de índices médios, e custos de serviços tomados em tabelas referenciais e a IBRAOP OT - IBR 006/2016;

### 3.16.2.10. **Produtos em BIM:**

3.16.2.10.1. **Arquitetura:** Elementos como paredes, lajes e coberturas com espessuras definidas, portas e janelas com dimensões nominais (sem detalhamento de marcos ou ferragens) e representação de equipamentos hospitalares fixos (macas, pias, bancadas) para validação de layout e massa do edifício com definição das fachadas e níveis de piso (Requisito Gráfico LOD 200 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de quadro de áreas, tabelas de quantitativos preliminares e memorial descritivo).

3.16.2.10.2. **Projetos Complementares (MEP):** Modelagem das prumadas principais (shafts), barriletes, caixas de inspeção e reservatórios, posicionamento de equipamentos de grande porte como bombas e aquecedores, posicionamento dos quadros elétricos, subestação, geradores e encaminhamento das rotas principais de eletrocablos/leitões, modelagem da localização da central e dos principais de HVAC, definição das centrais de oxigênio, vácuo, ar comprimido e gás combustível e encaminhamento da rede de gases principais até os shafts (Requisito Gráfico LOD 200 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de lista de equipamentos, estimativa de carga elétrica, demanda de água, volume de esgoto, volume de gases, relatório de clash detection (interferências), memorial descritivo e quantitativos preliminares);

3.16.2.10.3. **Estrutura e Fundações:** Elementos estruturais, vigas e lajes modeladas com as dimensões resultantes do pré-dimensionamento, representação volumétrica das fundações (blocos, sapatas ou estacas), baseadas no laudo de sondagem, modelagem das paredes de concreto (núcleos rígidos), modelagem das geometrias dos reservatórios e fossos (Requisito Gráfico LOD 200 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de memória de cálculo de pré-dimensionamento, tabelas de quantitativos preliminares de volumes, aço e fôrmas e memorial).

### 3.16.3. **Etapa 3 - Projeto Legal em BIM (BIM LOD 300):**

3.16.3.1. Pranchas em CAD e em BIM e memoriais dos projetos que necessitam de aprovação/análise dos órgãos competentes (PMF, SEUMA, AMC, Concessionárias, CBMCE, etc.);

3.16.3.2. Estudo/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV), Relatório de Impacto Sobre o Trânsito (RIST), Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Licença Prévia junto à SEUMA;

### 3.16.3.3. **Aprovação nos órgãos legais e concessionárias;**

### 3.16.3.4. **Plano de Execução BIM (BEP) Atualizado;**

### 3.16.3.5. **Produtos em BIM:**

3.16.3.5.1. **Arquitetura:** Elementos Construtivos Precisos: Paredes com composições de camadas definidas (espessuras reais de alvenaria + revestimento), lajes com níveis de osso e acabamento, e coberturas com inclinações exatas; Esquadrias e Componentes: Portas e janelas com dimensões reais, sentidos de abertura e materiais, essenciais para o cálculo de ventilação e iluminação; Equipamentos de Saúde (Fixos): Modelagem de bancadas, pias e equipamentos que definem o uso das salas conforme a RDC 50, permitindo a análise do layout sanitário; Sinalização e Acessibilidade: Inclusão de elementos como sanitários acessíveis, rampas com inclinação exata (NBR 9050) e áreas de resgate e demais elementos conforme exigências dos órgãos legais (Requisito Gráfico LOD 350 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de tabela comparativa entre áreas computáveis e não computáveis, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, tabelas de iluminação e ventilação, memorial descritivo de projeto detalhando as soluções arquitetônicas, materiais e atendimento às normas de saúde e demais exigências dos órgãos legais);

3.16.3.5.2. **Projetos Complementares (MEP):** Modelagem de todas as tubulações principais, ramais de descarga e ventilação. Equipamentos (bombas, caixas d'água) devem ter as dimensões do fabricante previsto ou dimensões reais de projeto, encaminhamento real de eletrocablos, leitões e eletrodutos de maior diâmetro, posicionamento de quadros elétricos e equipamentos de subestação/gerador com as dimensões finais para garantir o espaço de manutenção, traçado definido de dutos e tubulações e localização exata das grelhas de ventilação, cortes técnicos de integração (pilha de sistemas) e demais exigências dos órgãos legais (Requisito Gráfico LOD 350 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de quadros de cargas e demandas de água e energia, geração de esgoto, memoriais descritivos, relatório de clash detection (interferências), isolamento dos sistemas, acessibilidade de manutenção e demais exigências dos órgãos legais);

3.16.3.5.3. **Estrutura e Fundações:** Modelo com todas as peças estruturais (vigas, pilares, lajes, sapatas/blocos) com dimensões finais. Deve incluir a modelagem de elementos críticos de interface, como fossos de elevador, reservatórios moldados e escadas, armaduras, conexões e ligações e demais exigências dos órgãos legais (Requisito Gráfico LOD 350 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de memorial descritivo, memorial de cálculo de dimensionamento, tabelas de quantitativos de volumes, aço e fôrmas e demais exigências dos órgãos legais).

### 3.16.4. **Etapa 4 - Projeto Básico em BIM (BIM LOD 350):**

3.16.4.1. **Pranchas, Memoriais e Relatórios Técnicos atualizados,** a nível de projeto básico, conforme Lei 13.303/2016, OT IBR 001/2006 - Projeto Básico e RLCE 2.0;

3.16.4.2. **Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro:** Quantitativos de serviços apurados no projeto, e custos obtidos em composições de custos unitários com preços de insumos oriundos de tabelas referenciais ou de pesquisa de mercado relacionados ao mercado local, levando-se em conta o local, o porte e as peculiaridades obra, conforme Lei 13.303/2016, OT IBR 001/2006 - Projeto Básico, RLCE 2.0 e OT IBR 004/2012 - Precisão do Orçamento de Obras Públicas;

3.16.4.3. **Pranchas em CAD:** Deverão ser apresentadas as plantas, cortes, vistas e detalhes em CAD em nível de Projeto Básico, dos projetos de Arquitetura, Complementares (MEP), Estrutura e Fundações. Além de Plantas Baixas: Layout funcional, planta de alvenaria/divisórias, planta de forro refletido e planta de acabamentos; Cortes e Fachadas: Mínimo de dois cortes (transversal e longitudinal) e elevações de todas as faces da edificação; Plantas de Detalhamento: Ampliações de áreas críticas (Consultórios, Sanitários PNE, Áreas de Esterilização e DML); Mapas de Esquadrias: Detalhamento individual de cada tipo de porta e janela; Esquemas Unifilares e Bifilares, Diagramas Isométricos, Detalhamento das esperas para equipamentos médicos e montagem dos suportes, cortes técnicos demonstrando a estratificação do entreferro e demais detalhes e informações a nível de projeto básico.

3.16.4.4. **Plano de Contingenciamento Revisado e Atualizado;**

3.16.4.5. **Plano de Execução BIM (BEP) Atualizado;**

3.16.4.6. Caderno de Encargos e Caderno de Especificações.

3.16.4.7. **Produtos em BIM:**

3.16.4.7.1. **Arquitetura:** Elementos Construtivos Detalhados: Paredes com todas as camadas (composições), pisos (incluindo inclinações de ralos), forros com paginação e telhados; Esquadrias: Portas e janelas com dimensões reais, ferragens, sentidos de abertura e especificações de materiais; Componentes de Saúde: Modelagem de balcões fixos, pias hospitalares, mobiliário fixo e equipamentos médicos que demandem pontos de infraestrutura (LOD 350 exige que a interface de conexão esteja clara); Circulação Vertical: Escadas, rampas e elevadores com corrimãos, guardas-corpos e detalhes de fixação; Acabamentos: Pinturas, revestimentos cerâmicos e proteções de parede (bate-macas), essenciais em áreas de circulação ambulatorial (Requisito Gráfico LOD 350 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de quadro de Áreas: Por ambiente e por setor (conforme zoneamento da RDC 50); Tabelas de Materiais: Quantitativos de revestimentos (m²), rodapés (m), e volumes de elementos estruturais vinculados à arquitetura; Caderno de Encargos/Especificações: Descritivo técnico vinculado aos elementos do modelo; Relatório de Clash Detection (Detecção de Interferências): Identificação e resolução de conflitos entre Arquitetura e Estrutura/Instalações (MEP)).

3.16.4.7.2. **Projetos Complementares (MEP):**

3.16.4.7.2.1 Modelos de Informação 3D (Disciplinares e Federados): Os modelos devem conter a geometria precisa, localização e as conexões com outros elementos. No LOD 350, os suportes e fixações devem estar presentes. Deverá ser entregue também os arquivos IFC de coordenação;

3.16.4.7.2.2 Sistemas Hidrossanitários: Tubulações com inclinação real, conexões, registros, bombas, reservatórios e equipamentos sanitários hospitalares. Inclusão de pontos de espera para equipamentos médicos; Sistemas Elétricos e de Automação: Eletrocalhas, perfilados, quadros elétricos com folga de manutenção (clash zones), luminárias, dispositivos de comando e infraestrutura para sistemas críticos (chamada de enfermagem, TI e segurança); HVAC (Climatização e Exaustão): Dutos com isolamento térmico modelado, unidades condensadoras, evaporadoras (Fancoils/Cassetes), grelhas, dampers e filtros, modelagem de grupos geradores para áreas críticas e detalhamento dos estágios de filtragem do modelo de HVAC; (Requisito Gráfico LOD 350 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de memorial descritivo, memorial de cálculo de dimensionamento, tabelas de quantitativos, lista de materiais, fichas técnicas, matriz de parâmetros e memoriais de cálculo dos quantitativos e Relatório de Clash Detection (Detecção de Interferências): Identificação e resolução de conflitos entre Arquitetura e Estrutura/Instalações (MEP)).

3.16.4.7.3. **Estrutura e Fundações:** Modelo com todas as peças estruturais (vigas, pilares, lajes, sapatas/blocos) com dimensões finais, representação das esperas e furos de sondagens vinculados, geometria exata incluindo chanfros e variações de seções, insertos metálicos, blacas de base e consoles, inclinações de lajes, modelagem de furos e aberturas, conexões, ligações (parafusos, soldas conceituais, chapas de ligações), modelagem completa dos vergalhões individuais nas estruturas de concreto armado e todos os detalhes da estrutura em concreto armado, concreto simples, estrutura metálica e fundações necessárias para o detalhamento a nível de projeto básico (Requisito Gráfico LOD 350 e Requisito Não Gráfico (LOIN) de memorial descritivo, memorial de cálculo de dimensionamento, tabelas de quantitativos, lista de materiais, fichas técnicas, memoriais de cálculo dos quantitativos e Relatório de Clash Detection (Detecção de Interferências): Identificação e resolução de conflitos entre Arquitetura e Estrutura/Instalações (MEP)).

3.17. Deverão ser considerados, além da legislação, normas técnicas e Resoluções da Diretoria Colegiada da ANVISA, os seguintes manuais vigentes e orientações técnicas:

3.17.1. Parâmetros Projetuais para Hospitais de ensino e pesquisa da rede Ebserh;

3.17.2. Manual de Sinalização dos Hospitais Universitários da Rede Ebserh;

3.17.3. Manual de Especificação de Materiais de Revestimento em Hospitais Universitários;

3.17.4. Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia em Hospitais Universitários;

3.17.5. Diretrizes para Projetos de Urbanismo e Paisagismo da Rede Ebserh;

3.17.6. Manual de Representação Gráfica para Projetos de Arquitetura e Engenharia em CAD;

3.17.7. Nota Técnica 05-2022 - Gerenciamento de resíduos de obras hospitalares da Rede Ebserh;

3.17.8. Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas - Tribunal de Contas da União (TCU), 4ª Edição, 2015;

3.17.9. Manual de obras e serviços de engenharia (AGU);

3.17.10. Diretrizes Padronização CAD - ASBEA;

3.17.11. OT IBRAOP 01-2006 - Projeto Básico;

3.17.12. OT IBRAOP 04-2012 - Precisão do Orçamento de Obras Públicas;



- 3.17.13. OT IBRAOP 06-2016 - Anteprojeto de Engenharia.
- 3.18. O cronograma proposto de entrega dos produtos e etapas encontra-se a seguir:

Etapas	Prazo de Elaboração e Entregas (incluindo revisões) - Meses														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
<b>Etapa 1 - Estudos Técnicos Preliminares em BIM, incluindo levantamento, topografia e estudos geotécnicos.</b>															
Sub-etapa A - Levantamento de Dados e Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira.															
Sub-etapa B - Estudo Técnico Preliminar, Produtos em BIM, Programa de Necessidades Atualizado e Revisado, Levantamento Topográfico e Estudos Geotécnicos.															
<b>Etapa 2 - Anteprojeto em BIM.</b>															
<b>Etapa 3 - Projeto Legal em BIM (incluindo prazo de 60 dias para análise dos órgãos competentes).</b>															
<b>Etapa 4 - Projeto Básico em BIM.</b>															

- 3.19. Desta forma, temos:
- 3.19.1. Etapa 1: Estudos Técnicos Preliminares em BIM: 90 (noventa) dias, com duas sub-etapas;
- 3.19.2. Etapa 2: Anteprojeto em BIM: 120 (cento e vinte) dias;
- 3.19.3. Etapa 3: Projeto Legal em BIM: 120 (cento e vinte) dias, já incluindo 60 (sessenta) dias para análise dos órgãos competentes;
- 3.19.4. Etapa 4: Projeto Básico em BIM: 120 (cento e vinte) dias.
- 3.20. Assim, o prazo total previsto para a execução contratual é de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias.
- 3.21. Caso o prazo para análise e reanálises do Projeto Legal por parte dos órgãos competentes extrapole os 60 (sessenta) dias previstos, deverá ser observada no ENCARTÉ G - MATRIZ DE RISCOS - ETAPA DE GESTÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL a alocação do risco quanto à prorrogação da execução contratual.
- 3.21.1. Esse prazo de 60 (sessenta) dias contará a partir da emissão do protocolo oficial de submissão dos projetos nos órgãos competentes, portanto, a contratada deverá considerar a elaboração dos projetos legais nos primeiros 60 (sessenta) dias do prazo da Etapa 2.
- 3.22. Após a entrega completa de cada produto, com os devidos ajustes e correções solicitadas pela contratada (caso necessário), será emitido o Termo de Recebimento Provisório de Produto (Encarte E).
- 3.23. O prazo da Etapa 1 passa a contar a partir da emissão/recebimento da Ordem de Serviço. Os prazos das demais etapas se iniciam após a emissão do Termo de Recebimento Provisório de Produto da Etapa anterior.
- 3.24. Dentre os prazos previstos no Quadro 02, está incluído o prazo de análise da equipe de fiscalização de 7 (sete) dias úteis de cada um dos produtos entregues. A equipe de fiscalização terá 5 (cinco) dias úteis para cada reanálise, caso necessário.
- 3.25. O prazo do contrato poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante aditamento, pelo prazo necessário à conclusão dos serviços nos termos do previsto no art. 150 do Regulamento de Licitações da Ebserh.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Natureza do Serviço:**
- 4.1.1. Trata-se de **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, caracterizado por sua alta heterogeneidade e complexidade, voltado para o atendimento a uma necessidade específica, caracterizando assim, um contratação por escopo.
- 4.1.2. Utilizando-se subsidiariamente a definição do Inciso XVIII do Art. 6º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, temos a seguinte classificação dos serviços a serem contratados:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:  
(...)

*XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;*

*b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*

*(...)*

*h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;*

4.1.3. O código CATSER é:

4.1.3.1. Grupo: 833; Código: 20060; Nome do Serviço: Elaboração / análise projeto - engenharia.

4.2. Da Transferência de conhecimento: Na presente contratação deverá ser assinado o Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais (ENCARTE L) dos documentos produzidos no âmbito desta contratação (Projetos, Relatórios, Laudos, Pareceres, Estudos, Levantamentos, Inspeções, etc.).

4.3. Os estudos e projetos deverão ser elaborados a partir das condições existentes e a partir das informações técnicas verificadas conforme Levantamentos, laudos, ensaios, inspeções, sondagens e testes realizados pela Contratada, respeitando e seguindo sempre as resoluções, leis, decretos e portarias, sejam do governo federal, estadual ou municipal e as normas ABNT em vigor e:

4.3.1. Economicidade e manutenibilidade, empregando materiais, soluções, componentes, equipamentos e sistemas construtivos que gerem benefícios econômicos como reduções no custo de operação e manutenção da edificação no curto e longo prazo;

4.3.2. Concepções e soluções que visem à flexibilidade de layout e das instalações;

4.3.3. Funcionalidade e adequação ao interesse público;

4.4. Para cada etapa do serviço, os produtos serão analisados pela equipe de fiscalização a ser designada e esta fará a aprovação ou solicitará as correções necessárias.

4.5. A Contratante deverá considerar que as edificações circunvizinhas funcionam como Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) e que se encontram em funcionamento e ocupação, necessita de um maior detalhamento quanto aos projetos e sistemas de proteção externos, tendo em vista que o planejamento e o cronograma físico-financeiro de execução da futura obra deverá causar o menor impacto possível ao funcionamento do CH-UFC.

4.6. A elaboração do projeto deverá seguir o modelo de cronograma proposto pela Contratante e aprovado pela equipe de fiscalização, estando os pagamentos vinculados às entregas e aprovações dos produtos de cada etapa.

## **5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA**

5.1. São critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

5.1.1. O Manual de Diretrizes de Sustentabilidade para projetos de Arquitetura e Engenharia em Hospitais Universitários, disponível no Anexo V - Manual de Diretrizes de Sustentabilidade (42882527).

5.1.2. As leis e resoluções relativas ao Meio Ambiente, tais como Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos.

5.1.3. Não se admite, em nenhuma hipótese, a utilização de trabalho escravo e em condições desumanas.

5.1.4. Durante a fase de levantamento de campo os funcionários da contratada não poderão fazer qualquer ofensa aos funcionários da contratante, pacientes ou acompanhantes no que diz respeito a orientação sexual e a gênero.

5.1.5. Deverão ser especificados materiais com durabilidade compatível com a vida útil da edificação e que tenham o menor impacto ambiental possível e economicamente viável.

5.1.6. A solução dos projetos deverá considerar a acessibilidade dos locais de intervenção (Art. 5º, inciso VI do RLCE 2.0);

5.1.7. Como critério de sustentabilidade social, deverão ser garantidas os direitos trabalhistas dos funcionários da contratada, adotando-se se possível, a adoção de políticas de redução de desigualdades e fomento ao desenvolvimento regional e nacional;

5.1.8. Deverão ser especificados materiais que sob o aspecto do ciclo de vida do bem, em sentido amplo, de modo que nem sempre se buscará o de menor valor, mas o de melhor qualidade/durabilidade ou menor toxicidade.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**

6.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

6.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação não expressamente admitida.

6.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

6.1.2.1. Execução de ensaios semidestrutivos e não-destrutivos;

6.1.2.2. Execução de ensaios laboratoriais;

6.1.2.3. Execução de testes;

- 6.1.2.4. Sondagens do terreno e ensaios geotécnicos;
- 6.1.2.5. Serviço de levantamento físico das edificações;
- 6.1.2.6. Serviços Topográficos e Geotécnicos;
- 6.1.2.7. Sondagens do terreno e ensaios geotécnicos;
- 6.1.2.8. Serviços de capatazia.
- 6.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 6.1.4. Será permitida a participação de Consórcios neste certame, tendo em vista o que se segue:
- 6.1.5. A natureza e a complexidade de projetos arquitetônicos e de engenharia para um prédio de ambulatorios de um hospital universitário exigem uma gama diversificada de conhecimentos técnicos especializados, como:
- 6.1.5.1. **Arquitetura Hospitalar:** Conhecimento aprofundado das normas sanitárias, fluxos de pacientes e equipes, ambiência e funcionalidade específicas de ambientes de saúde;
- 6.1.5.2. **Projetos Complementares:** Incluindo projetos estruturais, hidráulicos, elétricos, climatização (AVAC), gases medicinais, sistemas de prevenção e combate a incêndios, automação predial, tecnologia da informação e comunicação (TIC) aplicada a ambientes hospitalares, etc.;
- 6.1.5.3. **Sustentabilidade e Eficiência Energética:** Soluções que garantam a otimização de recursos e a redução do impacto ambiental.
- 6.1.5.4. **Orçamentação e Planejamento:** Capacidade de gerenciar e estimar custos de forma precisa, bem como planejar as etapas do projeto de forma eficiente.
- 6.1.6. Considerando essa complexidade, a permissão para a participação de consórcios oferece uma série de vantagens estratégicas:
- 6.1.6.1. **Complementaridade de Expertise:** Consórcios permitem que empresas com diferentes especializações unam suas forças, preenchendo lacunas de conhecimento e experiência que uma única empresa poderia não possuir. Isso resulta em projetos mais completos, inovadores e com menor risco de falhas.
- 6.1.6.2. **Redução de Riscos:** A união de empresas em consórcio dilui os riscos inerentes a projetos de grande porte e complexidade, pois a responsabilidade é compartilhada. Isso aumenta a segurança para a contratante, garantindo que o projeto será executado mesmo diante de imprevistos.
- 6.1.6.3. **Maior Capacidade Técnica e Operacional:** Empresas em consórcio podem somar seus recursos humanos, tecnológicos e financeiros, o que se traduz em uma maior capacidade de execução e entrega do projeto dentro dos prazos e padrões de qualidade exigidos.
- 6.1.6.4. **Ampliação da Competitividade:** Ao permitir a participação de consórcios, o universo de empresas aptas a concorrer é ampliado. Isso estimula uma maior competitividade no processo licitatório, o que pode resultar em propostas tecnicamente mais qualificadas e economicamente mais vantajosas para a administração pública.
- 6.1.6.5. **Inovação e Melhores Soluções:** A colaboração entre diferentes empresas pode fomentar a inovação e a busca por soluções mais criativas e eficientes, beneficiando o projeto final.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Para um melhor dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria (visita técnica) nos locais previstos para a implantação do projeto, acompanhado por servidor/empregado público designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (85) 3366-8101 ou pelo e-mail upo.ch-ufc@ebserh.gov.br.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da seção pública;
- 7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria e, portanto, os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- 7.4. Não é necessário que a vistoria seja realizada pelo engenheiro ou arquiteto que será possível responsável técnico pela elaboração dos estudos e projetos.
- 7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.6. A licitante que realizar a vistoria deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. O modelo desta declaração encontra-se no ENCARTE A.
- 7.7. A licitante que não realizar a vistoria deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou

entidade). O modelo desta declaração encontra-se no ENCARTE B.

7.8. A visita no local não é obrigatória.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento relativo à prestação dos serviços realizados dar-se-á após a entrega dos produtos pela Contratada e respectiva aprovação pela Contratante, através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo de Produto (ENCARTE F).

8.2. A aprovação definitiva dos produtos se dará por meio de relatório circunstanciado elaborado pela equipe de fiscalização técnica, que deverá encaminhar o mesmo ao Gestor do Contrato, para que possa ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo de Produto.

8.3. A medição e pagamento dos serviços contratados vinculada às entregas e será dividida em etapas, conforme estabelecido no **Quadro 03**.

Quadro 03. Medição e Pagamento dos Serviços Contratados		
Etapas	Descrição	Pagamento
Etapa 1: Estudos Técnicos Preliminares em BIM e CAD, incluindo levantamento, topografia e estudos geotécnicos.	Sub-etapa A - Levantamento de Dados e Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira.	5%
	Sub-etapa B: Estudo Técnico Preliminar, Produtos em BIM, Levantamento Topográfico e Estudos Geotécnicos	15%
	Total Etapa 1:	20%
Etapa 2 - Anteprojeto em BIM e CAD	Total Etapa 2:	25%
Etapa 3 - Projeto Legal em BIM e CAD	Total Etapa 3:	15%
Etapa 4 - Projeto Básico em BIM e CAD	Total Etapa 4:	40%

8.4. A medição de cada produto a ser entregue estará sujeita à medição do Índice de Medição de Resultado (IMR) de prazo e qualidade (**Quadro 03**) instituído neste Projeto Básico de Contratação.

8.5. Os prazos contarão a partir do emissão ou recebimento da Ordem de Serviço por parte do preposto da Contratada para a Etapa 1 e a Emissão do Termo de Recebimento Provisório de Produto da Etapa imediatamente anterior para as demais etapas. Entretanto estes prazos poderão ser acordados, antes da emissão da Ordem de Serviço, entre as partes desde que não sejam ultrapassados os 15 (quinze) meses do Quadro 02. Caso a equipe de fiscalização não concorde com os prazos propostos pela contratada, deverá ser seguido os prazos previstos no Quadro 02.

8.6. O IMR tem por objetivo garantir que o produto entregável seja emitido e aprovado no prazo e qualidade estipulados neste Projeto Básico de Contratação.

8.7. A aferição do IMR estará atrelada à entrega de todos os documentos previstos numa linha de produto entregável, sendo considerado como incompleto a falta de qualquer documento relativo ao produto.

Quadro 04: IMR de prazo e qualidade

Indicador	Atendimento ao prazo e qualidade do projeto
Descrição do Indicador	indicador mensurará se o produto entregável indicado na Tabela de Entregas e Medições foi emitido e aprovado dentro do prazo estipulado pela Ordem de Serviço acordada entre as partes.
	Nível I - Entrega aprovada dentro do prazo estipulado para emissão da Contratada, ou atraso de até 5 (cinco) dias corridos, executando pagamento de 100% da linha.
	Nível II - Entrega aprovada com atraso de até 10 (dez) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando pagamento de 98% da linha.
	Nível III - Entrega aprovada com atraso de até 20 (vinte) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando pagamento de 96% da linha.
	Nível IV - Entrega aprovada com atraso de até 30 (trinta) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando pagamento de 94% da linha, sendo acionada a sanção contratual de advertência formal.
	Nível V - Atraso maior que 31 (trinta e um) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando sanção contratual de multa, conforme previsto neste Projeto Básico de Contratação, e mantendo pagamento da linha igual ao Nível IV.
Finalidade	Avaliar prazo e qualidade do produto entregável
Meta a cumprir	Aprovação dentro do prazo estipulado para o serviço da Contratada, sem contar prazo de análise da fiscalização
Instrumento de medição	Data de entrega
Forma de acompanhamento	Cronograma acordado na OS.
Periodicidade	Conforme cronograma de entrega
	Delta Prazo (DP) = Prazo de entrega aprovado (PEA) - prazo de entrega previsto para aprovação (PEP)
	Onde:
	Projeto Básico - SEI 60921886 SEI 23533.042445/2024-20 / pg. 12

<b>Mecanismo de cálculo</b>	DP = Variação de prazo medido em dias corridos
	PEP = O prazo em dias corridos estipulado somente para a produção do entregável acordado na OS, conforme Projeto Básico de Contratação, não contando o prazo de análise da fiscalização
	PEP = O prazo real em dias corridos para a produção do entregável solicitado na OS, não contando o prazo de análise da fiscalização
<b>Faixas de ajuste de pagamento</b>	SE $DP \leq 5$ - 100% do valor do produto entregável
	SE $6 \leq DP \leq 10$ - 98% do valor do produto entregável
	SE $11 \leq DP \leq 20$ - 96% do valor do produto entregável
	SE $21 \leq DP \leq 30$ - 94% do valor do produto entregável
	SE $DP \geq 31$ - Sanção contratual conforme Projeto Básico de Contratação
<b>Início da vigência</b>	A partir da data de emissão da OS
<b>Sanções</b>	Conforme previsto no Projeto Básico de Contratação
<b>Observação</b>	Não se aplica

8.8. Em caso de DP maior do que 31 (trinta e um) dias corridos, a Contratada será penalizada com o pagamento de somente 94% do valor, sem prejuízo à apuração de sanção contratual indicada neste Projeto Básico de Contratação. A contagem dos prazos para fins de cômputo do IMR será paralisada após esse prazo;

8.9. No caso de atingimento de atraso dentro do NÍVEL IV do IMR, será acionada a sanção contratual de advertência formal.

8.10. No caso de atingimento de atraso dentro do NÍVEL V do IMR, será aplicada a sanção contratual de multa.

8.11. Os atrasos decorrentes de demora para análise dos produtos por parte da equipe de fiscalização e gestão contratual não serão computados no IMR. Os prazos para análise e reanálise, caso necessário, estão apresentados no item 3.16 deste Projeto Básico de Contratação.

8.12. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

8.12.1. Não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;

8.12.2. Não configure descaracterização do objeto contratado.

## 9. MODELO E REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Por se tratar de uma contratação que possui um escopo definido esta contratação poderá ser realizada através do regime de execução de Contratação por Preço global, conforme Art. 8º, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh. Não será utilizado o regime de contratação semi-integrada, pois se trata de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de engenharia e arquitetura, relativos a estudos técnicos, planejamentos, relatórios técnicos, elaboração de anteprojeto e projetos básicos em BIM e CAD e elaboração de pareceres e avaliações e na contratação semi-integrada é definido previamente no Projeto Básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual. Considerando que a quantidade e tipos dos ensaios, testes, inspeções, levantamentos, etc. dependem da expertise da empresa contratada e de seus profissionais, sendo assim, a recomendação da transferência maior de riscos para o particular, mesmo que isso resulte em maiores preços ofertados.

9.2. O prazo de execução do objeto será contado a partir da emissão ou recebimento da Ordem de Serviço (OS) por parte do preposto da contratada, documento que será emitido pela equipe de fiscalização contratual, seguindo o modelo sugestivo de OS que consta no ENCARTE D deste Projeto Básico de Contratação.

9.3. A data de início da contagem do prazo da OS será a data de emissão ou recebimento da da OS pelo preposto da contratada.

9.4. Após o envio da OS pelo CH-UFC à Contratada, por meio de mensagem via e-mail institucional ou entrega de documento impresso, esta terá o prazo de 3 (três) dias úteis para confirmar o recebimento. Ao final deste prazo, caso não haja confirmação do recebimento da OS por parte da Contratada, a OS será considerada como recebida;

9.5. Em seguida ao recebimento da OS pela Contratada, a mesma deverá programar com o CH-UFC a data de realização da primeira visita aos possíveis locais de implantação do projeto, que deverá ser agendada com a fiscalização em até 7 (sete) dias corridos, contados do recebimento da OS pela Contratada, e realizada em até 10 (dez) dias corridos do recebimento da OS. É obrigatória a presença do Preposto da Contratada na primeira visita.

9.6. Todas as visitas deverão observar o que se segue:

9.6.1. A duração das visitas deverão estar alinhadas, ser compatíveis e adequadas aos objetivos propostos para a visita e para o desenvolvimento de todas as atividades previstas;

9.6.2. Um representante da Equipe de Fiscalização receberá os colaboradores da Contratada, nas visitas técnicas, viabilizando o acesso às áreas para levantamento e demais serviços.

9.6.3. Os representantes da Contratada que participam das visitas devem estar identificados com por meio de crachá com o nome da empresa e vestimentas adequadas ao ambiente hospitalar, como sapato fechado, calça e camisa ou blusa com manga, além de portarem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, a serem fornecidos pela própria Contratada.

9.7. As etapas, sub-etapas, produtos e prazos de entrega estão apresentados no item "3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" deste Projeto Básico de Contratação.

9.7.1. Recomenda-se que o prazo destinado à elaboração dos produtos de cada etapa seja também utilizado para



alinhamento dos produtos em fase de elaboração, análises prévias dos produtos pela Contratante, ajustes prévios dos produtos pela Contratada, entre outras atividades, objetivando a diminuição de revisões dos produtos e o acompanhamento no decorrer da execução dos trabalhos.

9.7.2. As revisões de produtos que apresentem aspectos técnicos incorretos ou em desacordo com o programa de necessidades acordado são ilimitadas, até ao atendimento das necessidades.

9.7.3. Antes da emissão da OS, a Contratada poderá propor novo cronograma de execução das etapas, desde que o prazo final não ultrapasse os prazos máximos definidos no Quadro 02. Este cronograma deverá ser apresentado à Fiscalização antes da emissão da Ordem de Serviço. A Contratante deve analisar eventual proposta de alteração do cronograma em até 5 (cinco) dias úteis da apresentação deste novo cronograma proposto. Caso a equipe de fiscalização não concorde com os prazos propostos pela contratada, deverá ser seguido os prazos previstos no Quadro02.

9.7.4. O cronograma também poderá ser alterado por meio de aditivo contratual formalizado, sem prejuízos a eventuais apurações quanto ao atraso na execução contratual.

9.7.5. Poderá a fiscalização da Contratante requerer alteração nos documentos técnicos da OS mesmo após ter expedido a sua aprovação. Nestes casos, as alterações não podem implicar em reanálise dos projetos por parte dos órgãos fiscalizadores, não podem trazer alteração no orçamento da futura obra que exceda 10% do valor inicialmente orçado e somente poderão ser solicitadas uma única vez, para um conjunto de um ou mais tipo de documento técnico elaborado (exemplo: pode ser feita uma solicitação de alteração que contemple modificações no projeto ou no orçamento elaborados na OS). O exposto neste item pode ser utilizado somente no caso seja de alguma das seguintes situações:

9.7.5.1. verificação posterior da necessidade de modificação nos documentos técnicos para atender a alguma exigência de órgão fiscalizador, situação de descumprimento de norma técnica ou situação que traga risco à utilização da edificação;

9.7.5.2. Possibilidade de economia no custo da futura obra/reforma a ser realizada.

9.7.6. A Contratada se compromete a estar à disposição para dirimir dúvidas na futura execução da obra, no prazo de até 3 anos contados da formalização do Termo de Recebimento Definitivo do último produto entregue na última etapa, conforme declaração a ser formalizada pela Contratada em documento, seguindo o Modelo do Termo de Compromisso do ENCARTE K.

9.8. Os produtos deverão ser entregues conforme o Quadro 05:

Quadro 05: Quadro Resumo de Entregas

Etapas	Sub-Etapa	Descrição dos Entregáveis (em conformidade com o Anexo D e o Plano de Execução BIM)	Formato de Entrega (em conformidade com o Anexo D e o Plano de Execução BIM)
Etapa 1 - Estudos Técnicos Preliminares em BIM, incluindo levantamento, topografia e estudos geotécnicos.	Sub-etapa A - Levantamento de Dados e Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira.	Estudo de Viabilidade em BIM, Modelos de Massa 3D para análise de viabilidade e estudos de implantação (LOD 100) e Primeira Revisão do Plano de Execução BIM (BEP), Relatórios de Análise de Viabilidade dos Locais, Estimativa de custo preliminar, conforme faixas de precisão da OT - IBR 004/2012 (Estudos Preliminares, faixa ±30%), calculado por área de construção multiplicada por um indicador, Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira, Levantamento de Dados conforme ANEXO D, Pranchas CAD de situação, locação e vistas,  Todos os documentos deverão ser assinados digitalmente, acompanhados de respectivas ARTs/RRTs assinadas.	Arquivos digitais assinados: DOCX/DOC/ODT, PDF, RVT/PLN/EDF, IFC, DWG/DXF, XLSX/CLS/ODS, PDF, NWC/NWD e BCF.
	Sub-etapa B - Estudo Técnico	Estudo Técnico Preliminar em BIM, Modelo de Massa 3D para Estudo Técnico Preliminar (LOD 100) revisado e Segunda Revisão do Plano de Execução BIM, Primeira Revisão do Programa de Necessidades, Estudo Técnico Preliminar, Pranchas CAD do ETP de arquitetura e complementares, Documentação 2D de ETP,	Arquivos digitais assinados:

		<p>Preliminar, Produtos em BIM, Levantamento Topográfico e Estudos Geotécnico.</p> <p>Levantamento Topográfico completo do local escolhido para implantação, Estudos Geotécnicos, Levantamento físico arquitetônico interno e externo das edificações, Levantamento cadastral e planialtimétrico georreferenciado do terreno e do entorno da intervenção.</p> <p>Todos os documentos deverão ser assinados digitalmente, acompanhados de respectivas ARTs/RRTs assinadas.</p>	<p>DOCX/DOC/ODT, PDF, RVT/PLN/EDF, IFC, DWG/DXF, XLSX/CLS/ODS, PDF, NWC/NWD e BCF.</p>
<b>Etapa 2 - Anteprojeto em BIM</b>	-	<p>Anteprojeto em BIM (LOD 200), Modelos Disciplinares (Arquitetura, Estrutura, MEP) com geometria aproximada e informações não gráficas básicas, Modelo Federado para coordenação inicial e detecção de conflitos, Relatórios de Detecção de Conflitos, Estimativas de Quantitativos Preliminares (5D), Simulações de Desempenho e Revisão e atualização do BEP, Pranchas CAD do Anteprojeto de arquitetura e complementares, Documentação 2D de anteprojeto (plantas, cortes, fachadas), Orçamento de Anteprojeto (5D), conforme faixas de precisão da OT - IBR 004/2012 (Anteprojeto, faixa <math>\pm 20\%</math>), calculado por quantitativos de serviços apurados no anteprojeto ou estimados por meio de índices médios e custos de serviços tomados em tabelas referenciais.</p> <p>Todos os documentos deverão ser assinados digitalmente, acompanhados de respectivas ARTs/RRTs assinadas.</p>	<p>Arquivos digitais assinados: DOCX/DOC/ODT, PDF, RVT/PLN/EDF, IFC, DWG/DXF, XLSX/CLS/ODS, PDF, NWC/NWD e BCF.</p>
<b>Etapa 3 - Projeto Legal em BIM</b>	-	<p><b>Entregáveis:</b> Projeto Legal em BIM (LOD 300), Documentação 2D completa (incluindo memoriais) e necessária do Projeto Legal das disciplinas de Arquitetura, SPDA, PPCIP, Instalações Elétricas, Instalações de Gases e demais instalações que necessitem de aprovação de órgãos públicos e concessionárias. O LOD poderá variar conforme o órgão Público e concessionária, Pranchas CAD do Anteprojeto de arquitetura e complementares, Relatórios de Conformidade Regulatória (CBMCE, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Vigilância Sanitária, Acessibilidade, etc.), protocolos de submissão dos projetos para análise das concessionárias e órgãos competentes, pareceres de aprovação dos projetos e Revisão e atualização do BEP, Estudo/Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, Relatório de Impacto Sobre o Trânsito - RIST</p> <p>Todos os documentos deverão ser assinados digitalmente, acompanhados de respectivas ARTs/RRTs assinadas.</p>	<p>Arquivos digitais assinados: DOCX/DOC/ODT, PDF, RVT/PLN/EDF, IFC, DWG/DXF, XLSX/CLS/ODS, PDF, NWC/NWD e BCF.</p> <p>Caso alguma concessionária ou órgão competente solicite, deverá ser entregue todos os documentos técnicos e plantas impressas e assinadas.</p>

<p><b>Etapa 4 - Projeto Básico em BIM</b></p>		<p>Projeto Básico em BIM (LOD 350), Modelos Disciplinares detalhados para fabricação e montagem, Modelo Federado para coordenação avançada e validação de projeto, Relatórios de Detecção de Conflitos com resolução documentada, Modelos para Planejamento 4D (cronograma de execução da obra), Modelos para Orçamentação 5D e controle de custos, Desenhos de montagens e instruções de instalação gerados a partir do modelo, Planilhas de quantitativos precisos, Orçamento preciso, conforme faixas de precisão da OT - IBR 004/2012 (Projeto Básico, faixa <math>\pm 10\%</math>), com quantitativos de serviços apurados no projeto, e custos obtidos em composições de custos unitários com preços de insumos oriundos de tabelas referenciais ou de pesquisa de mercado relacionados ao mercado local, levando-se em conta o local, o porte e as peculiaridades da obra, em acordo com o Decreto nº 7.983/2012, Lei nº 13.303/2016 e RLCE 2.0 da Ebserh, cronograma físico-financeiro Documentação 2D completa para construção em conformidade com a definição de Projeto Básico da Lei nº 13.303/2016 e RLCE 2.0 da Ebserh, Modelos de Canteiro de Obras Temporárias e Logística, relatórios, memoriais de cálculo e dimensionamento, Pranchas CAD do Projeto Básico de Arquitetura e complementares, Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil - PGRCC, Plano de Contingenciamento, Caderno de Encargos, Relatórios Técnicos, Caderno de Especificações</p> <p>Todos os documentos deverão ser assinados digitalmente, acompanhados de respectivas ARTs/RRTs assinadas.</p>	<p>Arquivos digitais assinados: DOCX/DOC/ODT, PDF, RVT/PLN/EDF, IFC, DWG/DXF, XLSX/CLS/ODS, PDF, NWC/NWD e BCF.</p> <p>Deverá ser entregue duas cópias de todos os documentos técnicos e plantas impressas e assinadas.</p>
---	--	---	---

## 10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

10.1. Considerando que a Ebserh não possui sistema de compras próprio e se utiliza do Sistema de Compras do Governo Federal, que possui limitação sistêmica quanto ao cadastramento do procedimento licitatório nos termos do item 2 do Ofício - SEI 2038 (43246458), não possuindo a opção de sigilo do valor estimado para concorrência pelo critério de julgamento por técnica e preço, o valor estimado para esta contratação não será sigiloso.

10.2. O valor estimado desta contratação é de R\$ 5.628.101,33 (cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil cento e um reais e trinta e três centavos).

10.3. O uso de SINAPI e outras bases de preço oficiais não se aplica à contratação de estudos e projetos como esta. Essas bases apresentam os profissionais necessários para a elaboração, porém precificados pela unidade de hora de trabalho. Sendo impossível dimensionar antes as horas trabalhadas em um projeto e em estudos, os custos foram obtidos por pesquisa de mercado e contratações pretéritas.

10.4. Considerando que a pesquisa de preços foi realizada junto a fornecedores, não houve a produção de documentos mencionados no Art. 10 do Decreto nº 7.983/2013 ou na Súmula nº 260 do Tribunal de Contas da União e trata-se de contratação inicial para elaboração de estudos, anteprojeto, projetos básicos e orçamento que terão suas ARTs emitidas oportunamente. Portanto não há a necessidade de emissão de ART, RRT ou TRT para este Projeto Básico de Contratação.

## 11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados

no Orçamento Geral da União;

11.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária que consta no Edital.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

12.1. Será necessário a formalização de contrato, por tratar-se de uma contratação de serviços especializados de engenharia.

12.2. Considerando o cronograma de entregas previsto no Quadro 02, temos:

12.2.1. Estudos Técnicos Preliminares em BIM e CAD, com duas sub-etapas: Prazo de 90 dias;

12.2.2. Anteprojeto em BIM e CAD: Prazo de 120 (cento e vinte) dias;

12.2.3. Projeto Legal em BIM e CAD: 120 (cento e vinte) dias (incluindo 60 dias para análise dos órgãos competentes);

12.2.4. Projeto Básico em BIM e CAD: 120 (cento e vinte) dias.

12.3. Assim, o prazo total previsto para a execução contratual é de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias.

12.4. Considerando que há necessidade de reuniões iniciais antes da emissão da Ordem de Serviço, mobilização de equipe da contratada e prazo para a realização do recebimento e medição final do contrato, o prazo de vigência contratual será:

12.4.1. 30 (trinta) dias para reuniões iniciais, emissão da Ordem de Serviço e mobilização da equipe da contratada;

12.4.2. 450 (quatrocentos e cinquenta) dias para execução contratual;

12.4.3. 30 (trinta) dias para recebimento e medição final do contrato.

12.5. Assim, temos uma vigência contratual de 510 (quinhentos e dez) dias.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico de Contratação e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

13.2. Elaborar e apresentar à Contratante um cronograma detalhado considerando o calendário corrente e seguindo os prazos constantes no cronograma do **Quadro 02**. Conforme item 10.7.3 a contratada poderá propor novo cronograma de execução das etapas, para análise da equipe de fiscalização, que a seu critério poderá acatar ou não a proposta.

13.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios ou defeitos.

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e legislações em vigor.

13.6. Comunicar ao Fiscal Técnico e ao Gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

13.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico de Contratação, no prazo determinado.

13.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalhador menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalhador menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respeitando a Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC do CH-UFC/Ebserh.

13.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança e acesso da Contratante.

13.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

13.17. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.17.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações, conforme Modelo do Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais (ENCARTE L);

13.17.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.18. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução dos serviços.

13.19. A contratada deverá indicar formalmente o preposto por meio de uma carta de preposição, cujo modelo está apresentado no **ENCARTE H**.

13.20. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

13.21. Adotar as providências e precauções necessárias para que os serviços não causem danos nas edificações do CH-UFC, bem como em suas instalações.

13.22. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU e/ou ao CFT as Anotações, Registros ou Termos de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes antes do início dos serviços, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010).

13.23. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à contratação, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização.

13.24. A contratada deverá observar todas as normas de segurança do trabalho inclusive as Normas Regulamentadoras NRs do Ministério do Trabalho e Previdência.

13.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação;

13.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

13.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados designados à elaboração dos projetos, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

13.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as instalações prediais durante atividades de levantamento de campo, execução de ensaios, retirada de amostras, etc.

13.30. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias a execução dos serviços objeto desta contratação.

13.31. Quando aplicável, observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.31.1. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.31.1.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

13.31.1.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

13.31.1.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;



13.31.1.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.31.2. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.31.3. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.32. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.32.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.32.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.33. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

13.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;

13.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

13.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

13.37. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.38. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.39. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

13.40. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à execução do serviço.

13.42. Fornecer os estudos, anteprojetos, relatórios técnicos e projetos básicos desenvolvidos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia e arquitetura, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à futura execução da obra, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor, empregado público ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço e suas etapas e sub-etapas, conforme cronograma físico-financeiro vigente à época.

14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

- 14.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 14.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 14.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 14.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 14.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 14.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 14.9. Cientificar a Unidade de Contratos, Unidade de Fiscalização Administrativa e o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 14.10. Arquivar, entre outros documentos, os projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos e notificações expedidas.
- 14.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 14.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 14.13. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, mediante regular processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 15.1.1. Advertência;
- 15.1.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 15.2. A advertência escrita ocorrerá no caso de não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado. A advertência também será emitida quando uma entrega prevista no Projeto Básico de Contratação enquadrar-se no Nível IV do Índice de Medição de Resultado - IMR.
- 15.3. A multa é uma sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pela autoridade competente responsável pelo contrato por atraso injustificado na execução do objeto da licitação, inexecução parcial ou total, ou infrações gerais, conforme detalhamento:
- 15.3.1. 15% (quinze por cento) sobre o valor de sua proposta final vencedora, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ordem de serviço ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, não aceitar a nota de empenho no prazo de validade de sua proposta vencedora;
- 15.3.2. No caso de ocorrências de retardamento da entrega do objeto, será aplicável sobre o valor da ordem ou ordens de serviço do contrato em atraso, conforme detalhamento:
- 15.3.2.1. Multa moratória de 0,3333% (zero virgula trinta e três por cento (dízima periódica)) por dia de atraso, a partir do atraso admissível considerado no IMR, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 10%, que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
- 15.3.2.2. Multa moratória de 0,1666666% (zero virgula dezesseis por cento (dízima periódica)) por dia de atraso, a partir do atraso admissível considerado no IMR, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, até o 90º (nonagésimo) dia de atraso.
- 15.3.2.3. A partir de 90 (noventa dias) de atraso, a fiscalização fundamentará necessidade de continuidade dos serviços ou inexecução contratual, aplicando-se cumulativamente o item 16.3.3. Caso a administração opte pela continuidade dos serviços mesmo com atraso superior a 90 (noventa dias), aplica-se a multa compensatória prevista no item 16.3.3.
- 15.3.2.4. Multa compensatória de 20% (vinte por cento), no caso de inexecução contratual parcial quando houver inexecução de etapas da ordem de serviço, sobre o valor da ordem de serviço;
- 15.3.2.5. Multa compensatória de 30% (trinta por cento), no caso de inexecução contratual total na situação em que a inexecução ocorrer em todas as etapas da ordem de serviço do contrato, sobre o valor do contrato.
- 15.3.3. A aplicação da multa por inexecução do contrato independe da multa por atraso eventualmente já aplicada

ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

15.3.4. No caso de ocorrências diversas poderão ser atribuídos, cumulativamente, os seguintes graus às infrações, conforme sistemática:

15.3.4.1. Na primeira ocorrência, aplica-se a advertência;

15.3.4.2. No caso de reincidência, aplica-se multa conforme graus e percentuais definidos na **Quadro 06** e **Quadro 07**:

**Quadro 06: Grau e correspondência para aplicação de multas.**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	3% do valor da ordem de serviço
2	4% do valor da ordem de serviço
3	5% do valor da ordem de serviço
4	10% do valor da ordem de serviço

**Quadro 07: Relação entre a infração e grau.**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência.	4
02	Deixar de providenciar recomposição do local durante a visita ao hospital. Por ocorrência.	3
03	Fornecer informação falsa. Por ocorrência.	4
04	Entregar os produtos fora da padronização e das premissas. Por ocorrência. Após 3ª notificação.	1
05	Não cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas. Por ocorrência.	1
06	Não substituir prestador que tenha conduta antiética, inconveniente ou incompatível com suas atribuições. Por ocorrência.	2
07	Não acatar as solicitações técnicas, devidamente justificadas, de alteração dos projetos conforme discutido e solicitado pela Contratante. Por ocorrência.	1
08	Não cumprimento de prazo de marcação de visita inicial, em 7 (sete) dias, após emissão da OS.	1
09	Não realização de visita em data marcada. Por ocorrência.	1
10	Não entrega da ART ou RRT da etapa solicitada. Por projeto ou orçamento.	1
11	Entregar documentações incompletas e/ou não revisadas. Por ocorrência. Após 3ª notificação.	1
12	Deixar de prestar esclarecimentos, injustificadamente, solicitados pela Contratante. Por ocorrência.	1
13	Entregar produtos com aspectos técnicos incorretos ou em desacordo com o programa de necessidades acordado e/ou normas vigentes. Por ocorrência. Após 3ª notificação.	1
14	Causar dano/prejuízo por interrupção de funcionamento de suprimentos. Por ocorrência	4
15	Deixar de utilizar EPI/EPC em atividades de campo. Por ocorrência.	1

15.3.5. A multa será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação:

15.3.5.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

15.3.5.2. Mediante desconto no valor das entregas devidas à Contratada;

15.3.5.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução; e

15.3.5.4. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela Contratada.

15.3.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega considerando o atraso admissível do IMR, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

15.3.7. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Contratante, decorrentes das infrações

cometidas.

15.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

15.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

15.4.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

15.4.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.4.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

15.4.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

15.4.8. Não mantiver a proposta;

15.4.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato; e

15.4.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

15.5. As sanções previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso 15.1.2;

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

15.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

## **16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **17. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA**

17.1. Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos arts. 49 e 50 da Instrução Normativa Nº 05/2017, o gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços (incluindo Relatório de Medição e Relatório do Gestor do Contrato com o Termo de Recebimento Definitivo dos Produtos (ENCARTE F) da medição e encaminhar para o setor competente para pagamento.

17.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no item 18.7 deste Projeto Básico de Contratação.

17.3. A empresa deverá informar no documento fiscal o período de realização dos serviços.

17.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (SICAF).

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, à serem observados e validados pela equipe de fiscalização previamente ao ateste do documento, tais como:

17.5.1. a data da emissão, posterior a emissão da nota de empenho;

- 17.5.2. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.3. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.4. o valor a pagar;
- 17.5.5. o destaque do valor da retenção de 11% (onze por cento), dos tributos retidos na fonte pagadora de demais despesas dedutíveis da base de cálculo da retenção (Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017).
- 17.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, observando o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 2110 de 17 de outubro de 2022, Regulamento do Município de Fortaleza, Decreto 13.716/2015 e demais dispositivos vigentes que se apliquem a natureza da operação.
- 17.6. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato:
- 17.6.1. 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação a seguir:
- 17.7.1. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 17.7.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 17.7.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 17.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.
- 17.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado público do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.17. Quando do processamento da última medição, deverá ser apresentada cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS;
- 17.18. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária, calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 17.19. É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de se verificar a necessidade de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela Contratada será deduzido dos créditos que a mesma fizer jus.
- 17.20. O cronograma de desembolso para pagamento dos produtos contratados acompanham o cronograma de entregas do Quadro 02 e a medição e pagamento do Quadro 03, devendo-se considerar ainda o Instrumento de Medição de Resultados (IMR).



## 18. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional da Construção Civil e Obras Públicas apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Coluna 39 - Consultoria (Supervisão e Projetos), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.
- 18.3. Deverá haver consulta formal à Contratada quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável. A Contratada, a seu exclusivo critério, poderá ou não renunciar ao direito ao reajuste ou redução do percentual aplicável.
- 18.4. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à Contratada.
- 18.5. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da Contratada.
- 18.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 18.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO

### 19.1. Da Classificação dos Serviços:

19.1.1. A elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia envolve conhecimentos técnicos bastante específicos e em determinados casos de natureza complexa. Em face da peculiaridade do serviço esta contratação não pode ser classificada como serviço comum de engenharia, sendo descartada, portanto, a modalidade de pregão;

19.1.2. Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, caracterizado por sua alta heterogeneidade e complexidade, voltado para o atendimento a uma necessidade específica, caracterizando assim, um contratação por escopo.

19.1.3. Os serviços a serem contratados se tratam de contratação por escopo conforme previsto no art. 149, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

19.1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. O referido artigo cita que:

*Art. 4º Nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista controladas pela União, não serão objeto de execução indireta os serviços que demandem a utilização, pela Contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários, exceto se contrariar os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, tais como na ocorrência de, ao menos, uma das seguintes hipóteses:*

*I - caráter temporário do serviço;*

*II - incremento temporário do volume de serviços;*

*III - atualização de tecnologia ou especialização de serviço, quando for mais atual e segura, que reduzem o custo ou for menos prejudicial ao meio ambiente; ou*

*IV - impossibilidade de competir no mercado concorrencial em que se insere.*

*§ 1º As situações de exceção a que se referem os incisos I e II do caput poderão estar relacionadas às especificidades da localidade ou à necessidade de maior abrangência territorial.*

*(...)*

*§ 4º O Conselho de Administração ou órgão equivalente das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União estabelecerá o conjunto de atividades que serão passíveis de execução indireta, mediante contratação de serviços.*

19.1.4.1. Assim, atesta-se que as atividades previstas nesta contratação são de serviços de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia (Inciso V do Anexo da Resolução-CA nº 220/2023) e demonstra-se a eficiência, economicidade e razoabilidade da execução indireta de serviços, a partir das seguintes hipóteses:

19.1.4.1.1. A contratação se dará de forma temporária (Inciso I do Art. 2º da Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025 e Inciso I do Art. 4º do Decreto nº 9.507/2018).

19.1.4.1.2. Terá grande incremento de volume de serviços por tempo determinado (Inciso II do Art. 2º da Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025 e Inciso II do Art. 4º do Decreto nº 9.507/2018);

19.1.4.2. Temos ainda: que tratam-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de arquitetura e engenharia, exigindo dos profissionais de arquitetura e engenharia capacidade técnica para elaboração dos documentos, não existente quantitativo suficientes de profissionais no corpo técnico da Ebserh. Além disso, haveriam prejuízos na eficiência dos trabalhos técnicos na rotina do CH-UFC, pois as equipes de engenharia e arquitetura se encontram absorvidas em suas atividades diárias e não possuem tempo disponível e corpo técnico de apoio, como por exemplo: desenhistas, orçamentistas, especialistas em estruturas e fundações, além de softwares de análise estrutural (concreto armado e estruturas metálicas e mistas), softwares de dimensionamento de instalações prediais e softwares BIM com todas as licenças necessárias e todas as normas técnicas disponíveis para elaboração desses tipos projetos de arquitetura e engenharia em BIM.

19.1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

19.1.6. O código CATSER desta contratação consta no item 4.1.3 deste Projeto Básico de Contratação.

19.2. **Da Forma de Seleção:**

19.2.1. Assim, será realizado procedimento licitatório, observadas as disposições constante no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

19.2.2. A licitação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte tendo em vista que o valor estimado total supera o limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

19.2.3. Será adotado o critério de julgamento de melhor combinação de técnica e preço, de acordo com o Art. 54, inciso III e Art. 57 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, Considerando a relevância da qualidade técnica de propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos neste projeto básico, considerando a natureza predominantemente intelectual do objeto desta contratação, de forma que licitantes que apresentem uma proposta técnica de maior qualidade terão demonstrado uma capacidade de fornecer uma solução mais adequada e de melhor qualidade, que melhor atendem as necessidades do CH-UFC.

19.2.4. Para garantir a competitividade do certame e atender ao interesse da Administração em obter uma proposta economicamente vantajosa, foi estabelecida uma ponderação entre a Nota de Qualificação Técnica (NQT) e a Nota da Proposta de Preços (NP) na proporção de 70/30, respectivamente.

19.2.5. O critério de melhor técnica e preço deverá ser efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no instrumento convocatório. Será estabelecido pontuação mínimo para as propostas técnicas, cujo não atingimento implicará em desclassificação.

19.2.6. Critérios de Julgamento: O critério de julgamento será a Melhor Combinação de Técnica e Preço conforme previsto Art. 54, inciso III e Art. 57 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, sendo o cálculo da "Nota Final" dos licitantes realizado através da média ponderada das notas da Qualificação Técnica e da Proposta de Preços, conforme a fórmula abaixo transcrita:

$$NF = (0,70 * NQT) + (0,30 * NP)$$

Onde:  
NF: Nota Final da Licitante;  
NQT: Nota da Qualificação Técnica da Licitante;  
NP: Nota da Proposta de Preço da Licitante.

19.2.7. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas (pontuação da Nota Final da Licitante), será utilizado os critérios na ordem em que se encontram enumerados no Art. 55 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE) 2.0.

19.2.8. Para efeito de pontuação para a PROPOSTA DE PREÇOS da LICITANTE, serão adotados os critérios de avaliação a seguir:

19.2.8.1. Será atribuída pela BANCA, a cada licitante, uma “NOTA DE PROPOSTA DE PREÇOS” (NP), que poderá variar de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

19.2.8.2. Este critério será avaliado com base no preço total dos serviços, seguindo a regra básica de que a proposta que apresentar o menor valor obterá a melhor nota, conforme Equação abaixo:

$$NP = 100 \times (MPVO/P)$$

Onde:  
NP: Nota da Proposta de Preço do Licitante;  
MPVO: Menor Preço Válido Ofertado entre os licitantes classificados;  
P: Valor global proposto pelo licitante classificado.

19.3. **Da Nota de Qualificação Técnica (NQT):**

19.3.1. A Nota da Qualificação Técnica (NQT) será atribuída pela BANCA em escala de 0 a 100 pontos, com base em critérios técnicos diretamente relacionados ao objeto do certame. Esses critérios serão devidamente justificados e seguirão os Quadros 08, 09, 10 e 11 apresentados a seguir.

**Quadro 08. Critério para Pontuação da Qualificação Técnica**

Item	Descrição
------	-----------

		Pontuação Máxima	Pontuação Mínima Qualificável
1	Proposta Técnica (PT)	40	10
2	Experiência da Empresa (EE)	20	5
3	Qualificação da Equipe (QE)	40	20
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	<b>35</b>

19.3.1.1. A pontuação será calculada utilizando-se a fórmula a seguir:

$$NQT = PT + EE + QE$$

Onde:

NQT é a Nota da Qualificação Técnica;

PT é a Proposta Técnica (Item 1 do Quadro 08);

EE é a Experiência da Empresa (Item 2 do Quadro 08);

QE é a Qualificação da Equipe (Item 3 do Quadro 08).

19.3.1.2. A pontuação inferior a 35 no Quadro 08 resultará em desclassificação da proponente.

19.3.2. Conforme os Art. 10 e 26 da IN SEGES/MGI nº 2/2023, os quesitos de natureza qualitativa da proposta de técnica serão analisados por BANCA, composta de no mínimo, 3 (três) membros, que preencham os seguintes requisitos:

19.3.2.1. Servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública; ou

19.3.2.2. Profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 19.3.3. Sobre a Pontuação da Proposta Técnica (PT) (Item 1):

19.3.3.1. A licitante deve apresentar um texto conciso e claro sobre o conhecimento do problema, demonstrando compreensão detalhada da demanda relacionada ao objeto da licitação. O texto deve conter no máximo 100 páginas, e, caso ocorra excedente no número de páginas, as páginas que ultrapassarem o limite serão desconsideradas, ainda que sejam importantes para a compreensão do texto/ideia/conteúdo da proposta. O texto deve abordar os seguintes aspectos:

19.3.3.1.1. Descrição da metodologia de coordenação da elaboração dos estudos e projetos em BIM e Estrutura do fluxograma de atividades a serem realizadas por diversos profissionais;

19.3.3.1.2. Lista com a quantidade e qualidade dos recursos humanos que o licitante se compromete a alocar para a execução do contrato;

19.3.3.1.3. Conceituação de uma Edificação de Múltiplos Pavimentos para Ambulatórios de Hospitais Universitários Públicos com apresentação dos preceitos de desenvolvimento sustentável aplicados;

19.3.3.1.4. Descrição da metodologia para a revisão do programa de necessidades inicial (Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003));

19.3.3.1.5. Apresentação das principais condicionantes urbanísticas e arquitetônicas para a implantação de uma Edificação de Múltiplos Pavimentos para Ambulatórios de Hospitais Universitários;

19.3.3.1.6. Para a pontuação do Item 1 - Proposta Técnica (PT), a pontuação seguirá o exposto no Quadro 09 a seguir:

**Quadro 09. Critérios para pontuação de Proposta Técnica (item 1, Quadro 08).**

Item	Assunto	Critérios de Julgamento	Pontuação		
			Nota	Nota Máxima	Nota Mínima Qualificável
1	Metodologia de coordenação da elaboração dos estudos e projetos de engenharia e arquitetura em BIM e fluxograma de atividades a serem realizadas por diversos profissionais	BOM	8	8	2
		REGULAR	5		
		RUIM	2		
		INADEQUADO/AUSENTE	0		
2	Quantidade e qualidade dos recursos tecnológicos e humanos que o licitante se compromete a alocar para a execução do contrato	BOM	8	8	2
		REGULAR	5		
		RUIM	2		
		INADEQUADO/AUSENTE	0		
3	Conceituação de uma Edificação de Múltiplos Pavimentos para Ambulatórios de Hospitais Universitários Públicos, com	BOM	8	8	2
		REGULAR	5		
		RUIM	2		

	apresentação de preceitos de desenvolvimento sustentável aplicados;	INADEQUADO/AUSENTE	0		
4	Metodologia para a revisão do programa de necessidades inicial (Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003));	BOM	8	8	2
		REGULAR	5		
		RUIM	2		
		INADEQUADO/AUSENTE	0		
5	Apresentação das principais condicionantes urbanísticas e arquitetônicas para a implantação de uma Edificação de Múltiplos Pavimentos para Ambulatórios de Hospitais Universitários	BOM	8	8	2
		REGULAR	5		
		RUIM	2		
		INADEQUADO/AUSENTE	0		
Pontuação				40	10

19.3.3.2. A pontuação total do Item 1 inferior a 10 (vinte) do Quadro 09 resultará em desclassificação da proponente.

19.3.3.3. O julgamento dos critérios previstos para a Proposta Técnica (PT) levará em consideração as seguintes descrições:

19.3.3.3.1. **BOM:** Será enquadrado neste conceito os itens em que a Licitante apresentou as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas e em conformidade com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus Anexos, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos que se propõe prestar, proposições de inovações, de métodos de trabalho mais eficazes e eficientes, tanto no campo prático, como no de conhecimentos teóricos para a execução dos serviços objeto desta licitação, com proposições superiores às exigências e expectativas iniciais da instituição, que propiciarão aprimorar seus próprios procedimentos internos. Abordagem completa com informações técnicas adequadas, importantes e inovadoras, com informações técnicas suficientes para a caracterização do assunto. Para o item 2, especificamente, será enquadrado neste conceito, a apresentação de uma equipe composta por no mínimo 5 (cinco) profissionais distintos, sendo 1 (um) Arquiteto com experiência em Elaboração de Projeto Arquitetônico em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde, 1 (um) Engenheiro Civil com experiência em Elaboração de Projeto Estrutural em BIM de Edificação de Múltiplos Pavimentos, 1 (um) Engenheiro Eletricista com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações Elétricas em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde, 1 (um) Engenheiro Mecânico com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações de Climatização em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde e 1 (um) Profissional (Arquiteto ou Engenheiro) com Experiência em Coordenação de Projetos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde em BIM;

19.3.3.3.2. **REGULAR:** será enquadrado neste conceito os itens em que a Licitante apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus Anexos, mas não apresentou proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível dos métodos de trabalho ou um conhecimento diferencial dos problemas que apontem para melhorias em relação às condições mínimas exigidas para a execução dos serviços objeto desta licitação, em resumo, serão qualificados como Regulares os itens de avaliação da Proposta Técnica que apenas atendam as condições mínimas exigidas. Abordagens com poucas informações técnicas e padrões limitados de análise. Para o item 2, especificamente, será enquadrado neste conceito, a apresentação de uma equipe composta por no mínimo 4 (quatro) profissionais distintos, sendo 1 (um) Arquiteto com experiência em Elaboração de Projeto Arquitetônico em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde, 1 (um) Engenheiro Civil com experiência em Elaboração de Projeto Estrutural em BIM de Edificação de Múltiplos Pavimentos, 1 (um) Engenheiro Eletricista com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações Elétricas em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde e 1 (um) Engenheiro Mecânico com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações de Climatização em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde;

19.3.3.3.3. **RUIM:** será enquadrado neste conceito os itens em que a Licitante apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus Anexos, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimentos deficientes dos assuntos, indicam que as proposições da Licitante não satisfazem, adequadamente, às exigências mínimas quanto à qualidade dos serviços que a Licitante se propõe a prestar. Para o item 2, especificamente, será enquadrado neste conceito, a apresentação de uma equipe composta por 1 (um) Arquiteto com experiência em Elaboração de Projeto Arquitetônico em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde, 1 (um) Engenheiro Civil com experiência em Elaboração de Projeto Estrutural em BIM de Edificação de Múltiplos Pavimentos, 1 (um) Engenheiro Eletricista com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações Elétricas em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde e 1 (um) Engenheiro Mecânico com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações de Climatização em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde, sendo que um mesmo profissional poderá

19.3.3.3.4. **INADEQUADO/AUSENTE:** Será enquadrado neste conceito os itens em que a Licitante não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, estando em desconformidade com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus Anexos ou apresentou as informações e proposições, mas contendo falhas, erros ou omissões que evidencie o desconhecimento e/ou conhecimento insuficiente dos assuntos, indicam que as proposições da Licitante estão em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus Anexos.

#### 19.3.4. **Sobre a pontuação da Experiência da Empresa (EE) (Item 2):**

19.3.4.1. A pontuação seguirá o exposto no Quadro 10 a seguir:

**Quadro 10. Critérios para pontuação Experiência da Empresa (item 2, Quadro 08).**

Projeto Básico - SEI 60921886	SEI 23533.042445/2024-20 / pg. 27	<b>Pontuação</b>
-------------------------------	-----------------------------------	------------------

Item	Descrição	Parâmetros de experiência de serviços da empresa	Pontuação	Pontuação Máxima	Mínima Qualificável
1	Projeto Arquitetônico de Estabelecimento Assistencial de Saúde em BIM	Elaboração de Projeto Arquitetônico de Estabelecimento Assistencial de Saúde em BIM com área construída mínima de 10.000m² (Pontuação por atestado)	5	15	5
2	Desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública.	Nota no PNCP acima de 8,00 ou SICAF atualizado, caso o primeiro não esteja disponível. No caso do SICAF Atualizado pontuação para nenhuma ocorrência.	5	5	0
		Nota no PNCP maior que 7,00 e menor ou igual a 8,00 ou SICAF atualizado, caso o primeiro não esteja disponível. No caso do SICAF atualizado, pontuação para até 1 ocorrência.	3		
		Nota no PNCP maior que 5,00 e menor ou igual a 7,00 ou SICAF atualizado, caso o primeiro não esteja disponível. No caso do SICAF atualizado, pontuação para até 3 ocorrências.	1		
		Nota no PNCP menor que 5,00 ou SICAF atualizado, caso o primeiro não esteja disponível. No caso do SICAF atualizado, pontuação para mais de 3 ocorrências.	0		
Pontuação				20	5

19.3.4.2. A pontuação inferior a 5 (cinco) no Quadro 10 resultará em desclassificação da proponente.

19.3.4.3. O Quadro 10 estabelece a pontuação clara e objetiva, incluindo critérios de pontuação por quantidade mínima de elaboração de projetos. Dessa forma, bastará à BANCA avaliar a documentação que comprove as quantidades e proceder à pontuação.

19.3.4.4. Para obtenção dos pontos relacionados à Experiência da Empresa (EE), a empresa licitante deverá apresentar atestado(s) técnico(s) (máximo de duas) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da proponente, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável, que comprove ter realizado serviços similares ao da presente licitação.

19.3.4.5. Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar a CONTRATANTE com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

**19.3.5. Sobre a pontuação da Qualificação da Equipe (QE) (Item 3):**

19.3.5.1. A pontuação seguirá o exposto no Quadro 11 a seguir:

**Quadro 11. Critérios para pontuação Qualificação da Equipe (item 4, Quadro 08).**

Item	Descrição	Parâmetros de experiência de serviços da equipe	Pontuação	Pontuação Máxima	Pontuação Mínima Qualificável
1	Arquiteto	Arquiteto com experiência em Elaboração de Projeto Arquitetônico em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde (Pontuação por atestado)	4	8	4
2	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil com experiência em Elaboração de Projeto Estrutural em BIM de Edificação de Múltiplos Pavimentos (Pontuação por atestado)	4	8	4
3	Engenheiro Eletricista	Engenheiro Eletricista com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações Elétricas em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde (Pontuação por atestado)	4	8	4



4	Engenheiro Mecânico	Engenheiro Mecânico com experiência em Elaboração de Projeto de Instalações de Climatização em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde (Pontuação por atestado)	4	8	4
5	Coordenador de Projetos em BIM	Arquiteto ou Engenheiro com Experiência em Coordenação de Projetos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde em BIM	4	8	4
<b>Pontuação</b>				<b>40</b>	<b>20</b>

19.3.5.2. A pontuação inferior a 20 (vinte) no Quadro 11 resultará em desclassificação da proponente.

19.3.5.3. Para obtenção dos pontos relacionados à Qualificação da Equipe (QE), será suficiente, para a análise da proposta técnica da licitante:

19.3.5.3.1. Atestado(s) técnico(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional, que comprove ter realizado serviços similares ao da presente licitação;

19.3.5.3.2. Declaração assinada do profissional autorizando a sua inclusão na equipe técnica.

19.3.5.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data de início da execução contratual, entendendo-se como tal, para fins de comprovação de vínculo:

19.3.5.4.1. O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

19.3.5.4.2. O administrador ou o diretor;

19.3.5.4.3. O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

19.3.5.4.4. O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação, acompanhada de anuência do profissional.

19.3.5.4.5. É irregular a indicação do mesmo profissional como responsável técnico por dois ou mais licitantes, caso, a partir da análise da situação concreta, se constate a ocorrência de conflito de interesses com prejuízo à isonomia entre os participantes bem como ao sigilo e à independência das propostas.

19.3.5.5. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 65, § 8º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Fiscalização.

19.3.5.5.1. Para cada alteração solicitada, a FISCALIZAÇÃO promoverá a análise individualizada da capacidade técnica dos profissionais indicados, conforme as exigências específicas contidas neste Projeto Básico de Contratação.

19.3.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas os serviços de engenharia/arquitetura.

#### 19.4. **Da Proposta de Preços:**

19.4.1. Conforme cita o ANEXO IV - MODELO DE ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA deste Projeto Básico de Contratação, a empresa licitante deverá apresentar a seguinte relação de documentos para concorrer a este certame:

19.4.1.1. Declaração de Vistoria, conforme modelo do ENCARTE A ou Declaração de Não Realização da Visita Técnica do modelo do ENCARTE B;

19.4.1.2. Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Necessárias para o Cumprimento do Contrato, conforme ENCARTE C;

19.4.1.3. Proposta de Preços, conforme modelo do ENCARTE I;

19.4.1.4. Detalhamento da taxa de BDI proposta, seguindo o modelo do ENCARTE J;

19.4.1.5. Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, conforme modelo do ENCARTE L;

19.4.1.6. Além dos documentos supracitados, a licitante deverá apresentar a documentação de qualificação jurídica e economica-financeira, conforme exigido neste Projeto Básico de Contratação.

19.4.2. Na proposta de preços deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto desta licitação bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) proposta, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, e quaisquer outras despesas não mencionadas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado. Também os ensaios, inspeções, levantamentos, laudos, testes, avaliações que se fizerem necessários para a posterior elaboração dos produtos desta contratação deverão estar inclusos no custo unitário de cada item da proposta apresentada pelo licitante.

19.4.3. As taxas específicas de aprovação de projetos em órgãos públicos serão de ônus da Contratada, bem como as taxas de cadastro de profissionais para elaboração dos projetos.

19.4.4. O prazo de validade da proposta deverá ser igual a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos a partir da data da sua apresentação.

#### **19.5. DA ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

19.5.1. Acerca do critério de aceitabilidade de preços e considerando o regime de empreitada por preço global, serão aceitos apenas os preços das propostas que se mostrarem iguais ou inferiores ao valor global, conforme o disposto no art. 54 da Lei nº 13.303/2016.

19.5.2. Conforme o art. 56 da Lei nº 13.303/2016 serão desclassificadas as propostas que:

19.5.2.1. Contenham vícios insanáveis;

19.5.2.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

19.5.2.3. Tenham valor global superior ao limite estabelecido pela administração ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

19.5.3. Para os efeitos de qualificação dos preços, serão considerados manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores, conforme art. 55, §3º da Lei nº 13.303/2016:

19.5.3.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração ou;

19.5.3.2. Valor orçado pela Administração.

19.5.4. Nos casos em que seja constatada a inexequibilidade da proposta por conta do critério de aceitabilidade de preços, será exigido do proponente o envio de Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) para que possa comprovar explicitamente a respeito da exequibilidade de sua proposta, devendo o DFP conter, no mínimo, as seguintes informações:

19.5.4.1. Detalhamento justificado da composição de custos unitários, detalhando as quantidades, produtividades e unidades utilizadas, bem como os insumos e mão de obra empregados na formação do preço da proponente;

19.5.4.2. Detalhamento justificado dos custos de mão de obra, explicitando as referências e bases salariais empregadas para utilização na proposta;

19.5.4.3. Detalhamento justificado dos encargos sociais utilizados pelo proponente na elaboração da proposta, acompanhando para isso todas as documentações necessárias à comprovação dos valores empregados;

19.5.4.4. Detalhamento justificado do cálculo da taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) utilizada na proposta conforme modelo do ENCARTE J;

19.5.4.5. Demais informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e forem exigidos para a concreta comprovação da exequibilidade da proposta.

#### **19.6. DA HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

19.7. A empresa a ser contratada deverá cumprir os seguintes requisitos:

19.7.1. Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

19.7.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF);

19.7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

19.7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

19.7.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU e a empresa contratada deverá apresentar documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 51, inciso VII, da Lei 13.303/2016 c/c art. 29 da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

19.7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

19.7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Ebserh, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no RLCE 2.0.

19.7.4. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

19.7.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

19.7.6. É de responsabilidade do licitante, sob pena de desclassificação, conferir a exatidão dos seus dados

cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018, art. 7º, caput).

## **19.8. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

19.8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

19.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

19.8.2.1. Aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

19.8.2.2. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

19.8.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

19.8.2.4. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

19.8.2.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

19.8.2.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços para ser considerada qualificada em termos econômicos e financeiros.

## **19.9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

19.9.1. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

19.9.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

19.9.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

19.9.1.3. A licitante deverá apresentar registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo(CAU), através da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA/CAU, em plena validade;

19.9.1.4. A licitante deverá comprovar suporte de pessoal com profissionais de nível superior com graduação em engenharia civil, arquitetura, engenharia elétrica e engenharia mecânica outras especialidades que se fizerem necessárias, todos os profissionais devidamente registrados no CREA/CAU com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART)/Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) . O vínculo empregatício dos profissionais com a licitante poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho, ou Contrato de Prestação de Serviço ou declaração de futura contratação;

19.9.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

19.9.1.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

19.9.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **19.9.2. Da habilitação técnico-profissional**

19.9.2.1. Nos termos do art. 58, inciso II da Lei 13.303 de 2016, a comprovação de capacidade técnico-profissional será restrita às parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes.

19.9.2.2. A elaboração de projetos para Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), como um Ambulatório de Múltiplos Pavimentos, não se compara a edificações civis convencionais (administrativas ou residenciais). A complexidade reside na estrita observância à RDC nº 50/2002 da ANVISA, que impõe fluxos hospitalares segregados (limpos vs. contaminados), instalações especiais de gases medicinais, climatização com filtragem absoluta (HEPA) e normas rígidas de estabilidade elétrica (sistemas de IT médico), sendo assim considerada uma parcela de maior relevância técnica;

19.9.2.3. A exigência de que os atestados contemplem especificamente o uso de BIM em projetos de

Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) justifica-se pela gestão da informação e compatibilização de sistemas complexos próprios deste tipo de estabelecimento. O volume de infraestrutura (dutos de ar, tubulações de gases, rede hidráulica, etc.) em espaços exíguos (como entre forros) é crítico. A experiência apenas em "projetos comuns" ou apenas em "BIM para escritórios" não garante que a coordenação técnica gerencie de forma adequada as interferências críticas, que se detectadas apenas na etapa de obra, podem trazer prejuízos vultuosos ao erário. Temos ainda, que o BIM para EAS exige o domínio de bibliotecas de componentes (famílias) que atendam a critérios de assepsia e manutenção hospitalar, algo que foge ao escopo da construção civil comum. Assim, a exigência de BIM em EAS também é considerada uma parcela de maior relevância técnica.

19.9.2.4. Em edificações altas de múltiplos pavimentos, a ação do vento deixa de ser uma carga secundária e passa a ser um dos principais determinantes do dimensionamento. O profissional deve demonstrar capacidade técnica para: Projetar núcleos rígidos (geralmente em torno de escadas e elevadores) para garantir que a estrutura suporte esforços horizontais sem deformações excessivas; Em prédios altos, o deslocamento lateral gera momentos adicionais que podem comprometer a estabilidade global, exigindo domínio de softwares e conceitos avançados de engenharia de estruturas que não são aplicados em obras de pavimentos únicos (Efeito de Segunda Ordem, P-Delta, por exemplo); O dimensionamento de pilares nos pavimentos inferiores requer atenção ao acúmulo de cargas permanentes e acidentais, exigindo transições estruturais complexas que não ocorrem em edificações simples (fluxo de cargas); As fundações para múltiplos pavimentos costumam ser profundas (estacas, tubulões) ou do tipo *radier* de grande espessura, demandando análise de recalques diferenciais que podem causar patologias graves em toda a edificação se não forem previstos por um profissional experiente; Pavimentos superiores podem abrigar tanques de água, centrais de ar-condicionado ou equipamentos médicos pesados que exigem reforços estruturais localizados e controle rígido de vibrações, essenciais para a calibração de equipamentos sensíveis. Temos ainda, que a competência para projetar uma estrutura simples não se estende automaticamente a estruturas com múltiplos níveis de interferência e estabilidade global. A contratação em tela, considerando as áreas disponíveis e recuos previstos na legislação e a área necessária conforme o Program de Necessidades Inicial, poderá resultar em um projeto de edificação alta de múltiplos pavimentos, portanto, a exigência de experiência em projetos estruturais de múltiplos pavimentos é considerada uma parcela de maior relevância técnica.

19.9.2.5. Portanto em termos de qualificação técnico-profissional, deverá cada licitante apresentar:

19.9.2.5.1. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico (equipe técnica), para elaboração dos estudos e projetos objeto desta contratação, profissional(is) com formação em arquitetura devidamente registrado no CAU detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a Elaboração de Projeto de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde em BIM;

19.9.2.5.2. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico (equipe técnica), para elaboração dos estudos e projetos objeto desta contratação, profissional(is) com formação em engenharia civil devidamente registrado no CREA detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a Elaboração de Projeto Estrutural de Edificações de Múltiplos Pavimentos em BIM;

19.9.2.5.3. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico (equipe técnica), para elaboração dos estudos e projetos objeto desta contratação, profissional(is) com formação em engenharia elétrica devidamente registrado no CREA detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a Elaboração de Projeto de Instalações Elétricas de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) em BIM;

19.9.2.5.4. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico (equipe técnica), para elaboração dos estudos e projetos objeto desta contratação, profissional(is) com formação em engenharia mecânica devidamente registrado no CREA detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a Elaboração de Projeto de Climatização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) em BIM;

19.9.2.5.5. A licitante deverá realizar a comprovação do vínculo profissional de cada membro da equipe técnica apresentado para fins de habilitação. Essa comprovação poderá ser realizada por meio de apresentação de cópias das Carteiras de Trabalho (CTPS), ou fichas de registro de empregado que comprovem a condição de que pertencem ao quadro da Contratada, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou de declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

19.9.2.5.6. Os profissionais indicados pela Contratada, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão obrigatoriamente participar da elaboração dos estudos e projetos objetos desta contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

19.9.2.5.7. A comprovação da Capacidade Técnica Profissional será realizada por meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA/CAU.

### 19.9.3. Da habilitação técnico-operacional

19.9.4. Deverá apresentar Atestado(s) (acompanhado da devida ART/RRT do serviço descrito no atestado) emitido(s) em seu nome por empresa (s) de direito público ou privado no qual a Licitante comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes em características e prazos com o objeto, no(s) qual(is) constem referências às parcelas de maior relevância técnica:

19.9.4.1. Elaboração de Projeto Arquitetônico em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde com área construída mínima de 10.000m<sup>2</sup>, que corresponde a menos de 50% da área construída estimada no Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003), objeto deste procedimento licitatório;

19.9.4.2. Elaboração de Projeto Estrutural em BIM de Edificação de Múltiplos Pavimentos com área construída mínima de 10.000m<sup>2</sup>, que corresponde a menos de 50% da área construída estimada no Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003), objeto deste procedimento licitatório;

19.9.4.3. Elaboração de Projeto de Instalações Elétricas em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde com área construída mínima de 10.000m<sup>2</sup>, que corresponde a menos de 50% da área construída estimada no Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003), objeto deste procedimento licitatório;

19.9.4.4. Elaboração de Projeto de Climatização em BIM de Estabelecimento Assistencial de Saúde com área construída mínima de 10.000m<sup>2</sup>, que corresponde a menos de 50% da área construída estimada no Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003), objeto deste procedimento licitatório.

19.9.5. A habilitação técnico-operacional também poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO) nos termos dos arts. 53 a 57 da [Resolução CONFEA n.º 1.137/2023](#) ou Certidão de Acervo Operacional emitida pelo CAU.

## **20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

20.1. Será exigida a prestação de garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato nos termos do Art. 144, § 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, conforme disposições específicas neste Projeto Básico de Contratação.

20.2. Nos termos do Art. 144, § 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh:

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia, emitido por instituição credenciada na Superintendência de Seguros Privados - Susep;

III - fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

[...]

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do parágrafo primeiro deste artigo.

[...]

§ 6º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas.

20.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

20.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica em Instituição financeira a ser informada pela contratante, com correção monetária.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique

a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

20.15. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas.

## **21. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

21.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

21.1.1. Adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

21.1.2. Assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

21.1.3. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

21.1.4. Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

21.1.5. Cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

21.1.6. Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

21.1.7. Comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

21.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

21.2.1. Cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

21.2.2. Apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

21.2.3. Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

21.2.4. Quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## **22. LISTA DE ANEXOS E ENCARTES**

22.1. **ENCARTE A** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (VISTORIA);

22.2. **ENCARTE B** - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA (VISTORIA);

22.3. **ENCARTE C** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CUMPRIMENTO DO CONTRATO;

22.4. **ENCARTE D** - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO;

22.5. **ENCARTE E** - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE PRODUTO;

22.6. **ENCARTE F** - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE PRODUTO;

22.7. **ENCARTE G** - MATRIZ DE RISCO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL;

22.8. **ENCARTE H** - MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO;

22.9. **ENCARTE I** - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;

22.10. **ENCARTE J** - MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI;

22.11. **ENCARTE K** - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA;

- 22.12. **ENCARTE L - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CESSÃO DE DIREITOS AUTORIAIS E PATRIMONIAIS;**
- 22.13. **ANEXO I - PROGRAMA DE NECESSIDADES INICIAL (Anexo I - Programa de Necessidades - Versão Inicial (51611003));**
- 22.14. **ANEXO II - PLANO DE EXECUÇÃO BIM (Anexo II - R02 - Plano de Execução BIM (58884022));**
- 22.15. **ANEXO III - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO (Anexo III - Planta de Localização (51849364));**
- 22.16. **ANEXO IV - REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS DE PROJETOS (Anexo IV - R01 - Requisitos para Elaboração dos Produtos de Projeto (58883973));**
- 22.17. **ANEXO V - MANUAL DE DIRETRIZES E SUSTENTABILIDADE PARA PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (Anexo V - Manual de Diretrizes e Sustentabilidade (51993388));**
- 22.18. **ANEXO VI - BIM MANDATE (Anexo VI- R01 - BIM Mandate (59540456)).**

23. **ENCARTE A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (VISTORIA)**

Declaro que, nesta data, às \_\_\_\_ horas, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, endereço eletrônico \_\_\_\_\_, vistoriou as dependências do Complexo Hospitalar da UFC (CH-UFC), situado a Rua Pastor Samuel Munguba, 1690 - Rodolfo Teófilo - CEP 60430-370 - Fortaleza - CE; vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), conforme delegação de competências do artigo 1º da Portaria MEC n. 442, tomando conhecimento de todos os aspectos técnicos e condições e do grau de dificuldade existentes no local onde será executado o serviço referente Modalidade da Licitação nº XX/202X, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_

Nome, Cargo e Matrícula

Contratante

\_\_\_\_\_

Nome e Qualificação do preposto ou representante da contratada

Licitante

24. **ENCARTE B - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA (VISTORIA)**

Declaro que a a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, endereço eletrônico \_\_\_\_\_, não teve interesse em realizar a vistoria nos locais onde serão executados os serviços referente Modalidade da Licitação nº XX/202X, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_

Nome, Cargo e Matrícula

Contratante

\_\_\_\_\_

Nome e Qualificação do preposto ou representante da contratada

Licitante

25. **ENCARTE C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CUMPRIMENTO DO CONTRATO**

O (PROPONENTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, em atendimento ao disposto no EDITAL, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato advindo do Edital nº XX/2020 e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_

Nome, Cargo e Matrícula

Contratante

\_\_\_\_\_

26. ENCARTÉ D - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

(MODALIDADE DA LICITAÇÃO E FORMA DE REALIZAÇÃO) Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Obra:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:			CNPJ:
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DA OBRA		
	Obra	Valor Global R\$
Total		

DEMAIS DETALHAMENTOS

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta <b>Ordem de serviço</b> serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	
Nota de Empenho:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço

27. ENCARTÉ E - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE PRODUTO

MODELO SUGESTIVO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE PRODUTOS

Identificação	
Contrato:	Nº da OS:
Local de intervenção:	Etapas:



<b>Contratante:</b>
<b>Contratada:</b>

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no item XX do Edital de Licitação/Contrato, que os produto relacionados na O.S. acima identificada foi recebido nesta data e está de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pela Contratante.

[Local], \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Fiscais do Contrato	Preposto da Contratada
_____ SIAPE Nome	_____ Registro CREA/CAU ou CPF Nome
_____ SIAPE Nome	
_____ SIAPE Nome	

28. **ENCARTE F - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE PRODUTO**

**MODELO SUGESTIVO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE PRODUTOS**

Identificação	
<b>Contrato:</b>	<b>N° da OS:</b>
<b>Local de intervenção:</b>	<b>Etapas:</b>
<b>Contratante:</b>	
<b>Contratada:</b>	

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no item XX do Edital de Licitação/Contrato, que os produto relacionados na O.S. acima identificada foi recebido nesta data e está de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pela Contratante. Desta forma atesta-se o Recebimento Definitivo deste Produto

[Local], \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Fiscais e Gestor do Contrato	Preposto da Contratada
_____ SIAPE Nome	_____ Registro CREA/CAU ou CPF Nome
_____ SIAPE Nome	
_____ SIAPE Nome	

29. **ENCARTE G - MATRIZ DE RISCO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**MATRIZ DE RISCOS - ETAPA DE GESTÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL**

(Art. 9º , § 2º do do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH - RLCE  
2.0 - Revisão de 28/04/2022)

CATEGORIA DO RISCO	NÚMERO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	ALOCÇÃO DO RISCO
	Projeto Básico - SEI 60921886	Atraso na SEI 23533.042445/2024-20 / pg. 37		

Risco atinente ao Tempo da Execução	1	execução do objeto contratual por culpa do Contratado	Necessidade de aditivo de prazo sem ônus a administração	Contratada
	2	Atraso na execução do objeto em virtude de reprovação do projeto junto à concessionárias ou órgãos competentes	Necessidade de aditivo de prazo sem ônus a administração	Contratada
	3	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratante.	Necessidade de aditivo de prazo sem ônus a administração, nem penalidade a contratada	Contratante
	4	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Necessidade de aditivo de prazo sem ônus a administração.	Contratada
	5	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária do Contratado, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou força maior.	Necessidade de aditivo de prazo sem ônus a administração, nem penalidade a contratada.	Contratante
	6	Atraso na análise dos projetos legais por culpa das concessionárias e órgãos competentes.	Necessidade de aditivo de prazo sem ônus a administração, nem penalidade a contratada.	Contratante
Risco da Atividade Empresarial	7	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado	Contratado
	8	Roubos, furtos ou quebra de equipamentos próprios ou de terceiros contratados, que fiquem depositados nas instalações do contratante ou da contratada	A contratada deverá repor o equipamento e manter o prazo de execução	Contratado
	9	Alteração de legislação e normativos durante a execução do contrato	Adequação do projeto às normas atuais sem ônus ao contratante.	Contratado

Trabalhistas e Previdenciários	10	Responsabilização da Ebserh por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de Custos trabalhistas e/ou previdenciários para a EBSEH, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais	Contratado
Tributário e Fiscal (não tributário)	11	Responsabilização da Ebserh por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Ebserh.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Contratado

### 30. ENCARTE H - MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO

#### CARTA DE PREPOSIÇÃO

Por meio da presente, nomeio na qualidade de preposto, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), casado(a), profissão, inscrito sob o CPF sob o nº \_\_\_\_\_, RG sob o nº \_\_\_\_\_, com endereço à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_/UF, Registro Nacional Profissional \_\_\_\_\_ para fins de representar a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na cidade de \_\_\_\_\_/UF, sito na rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, perante às obrigações relacionadas ao contrato \_\_\_\_/\_\_\_\_, oriundo da licitação \_\_\_\_/\_\_\_\_, celebrado com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) E O COMPLEXO HOSPITALAR DA UFC (CH-UFC).

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável da empresa

### 31. ENCARTE I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

<b>Nome da Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>Responsável pela proposta:</b>
<b>Telefone/Fax:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Outras informações:</b>

**OBJETO:** Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, Anteprojetos, Projetos Legais e Projetos Básicos em BIM (Building Information Modeling - Modelagem da Informação da Construção) para a Reforma, Ampliação e Construção dos Ambulatórios (Novas Ilhas) do Complexo Hospitalar da UFC (CH-UFC).

Etapas	Descrição	Percentual do Valor Total	Valor
<b>Etapas 1: Estudos Técnicos Preliminares em BIM, incluindo levantamento, topografia e estudos geotécnicos.</b>	Sub-etapa A - Levantamento de Dados e Estudo de Viabilidade Técnico-Financeira.	5%	
	Sub-etapa B: Estudo Técnico Preliminar, Produtos em BIM, Levantamento Topográfico e Estudos Geotécnicos	15%	
	<i>Total Etapa 1:</i>	<i>20%</i>	
<b>Etapas 2 - Anteprojeto em</b>	<i>Total Etapa 2:</i>	<i>25%</i>	

<b>BIM</b>			
<b>Etapas 3 - Projeto Legal em BIM</b>	<i>Total Etapa 3:</i>	<i>15%</i>	
<b>Etapas 4 - Projeto Básico em BIM</b>	<i>Total Etapa 4:</i>	<i>40%</i>	
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA:</b> (valor em algarismo e por extenso)		<i>100%</i>	

**BANCO / AGÊNCIA BANCÁRIA / CONTA CORRENTE:**

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar do dia da sessão de recebimento da proposta.

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante legal - Cargo]

**INFORMAÇÕES:**

I. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no sítio Compras Governamentais (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), prevalecerá o descritivo constante no Edital.

II. O Licitante deverá elaborar a proposta com base neste Projeto Básico de Contratação, seus encartes e anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento dos serviços, dos custos e o que for necessário para o cumprimento das obrigações decorrentes da execução do objeto desta licitação, pois, durante a elaboração dos estudos, laudos, inspeções, ensaios, testes, projetos, etc., a licitante vencedora não poderá alegar eventuais erros ou omissões na sua proposta para justificar aditivos contratuais.

**32. ENCARTE J - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI**

Cada licitante deverá compor e apresentar sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nessa taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Onde:

- AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;
- R = taxa representativa de riscos e imprevistos;
- S = taxa representativa de seguros;
- G = taxa representativa de garantias;
- DF = taxa representativa das despesas financeiras;
- L = taxa representativa do lucro/remuneração; e
- T = taxa representativa da incidência de tributos (PIS, COFINS e ISS).

COMPOSIÇÃO DO BDI			
ITEM		DESCRIÇÃO	%
1	AC	Administração Central	
2	S+G	Seguro e Garantia	
3	R	Risco	
4	DF	Despesas Financeiras	
5	L	Lucro	
6	T	PIS	
7		COFINS	
8		ISS	
Valor Adotado do BDI			

**33. ENCARTE K - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA**

**TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA (MODELO SUGESTIVO)**

Na condição de Preposto da Contratada, DECLARO, para todos os fins, que a CONTRATADA se  
 Projeto Básico - SEI 60921886 SEI 23533.042445/2024-20 / pg. 40

disponibilizará para esclarecimentos de eventuais dúvidas durante a elaboração dos projetos referentes a ordem de serviço nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Contrato \_\_\_\_/\_\_\_\_. Outrossim, declaramos que, em obediência à Resolução CONFEA nº 1.007, de 05/12/2003 (ou a que vier a substituí-la) que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, o responsável técnico pelo projeto deve dirimir dúvidas e estabelecer as definições indispensáveis. Também declaro que a CONTRATADA realizará uma atualização da planilha orçamentária quando solicitada pelo CONTRATANTE, seguindo as orientações do Decreto nº 7983/2013 e Decreto nº 10.132/2019 ou o que vier substituí-los. Esse Termo de Compromisso é válido até 3 anos após a emissão do último Termo de Recebimento Definitivo dos Produtos da última Etapa do Contrato \_\_\_\_/\_\_\_\_.

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
Nome do Representante legal - Cargo

#### 34. **ENCARTE L - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS**

##### **MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS (MODELO SUGESTIVO)**

Em conformidade com o disposto no Edital, declaramos possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto desta licitação a serviço da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 15.126.437/0001- 43, bem como declaramos que executaremos tais serviços

Outrossim, declaramos que, em obediência ao art. 80 da Lei nº 13.303 de 2016, Art. 93 da Lei cedemos à CONTRATANTE, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração. Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas da CONTRATANTE em relação aos citados serviços:

1 - A CONTRATANTE poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, dependente de autorização específica, na forma prevista no art. 18 da Lei nº 5.194/1966 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010.

2 - A CONTRATANTE poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não indicá-los ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados - estes, conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea "g".

3 - A CONTRATANTE poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que a CONTRATANTE não nos remunerará por essa reutilização.

Declaramos ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério da CONTRATANTE:

a. o teor da cessão de direitos patrimoniais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição "PROPRIEDADE DA CONTRATANTE"; e

b. se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos planos ou projetos objeto do contrato, se tais estudos definirem a concepção dos trabalhos a serem feitos pela CONTRATADA, sejam tais autores empregados da CONTRATANTE ou não. Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
Nome do Representante legal - Cargo

#### 35. **ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE CONTRATAÇÃO**

Elaborado por:

(Assinado Eletronicamente)

**BRUNO COSTA CASTRO ALVES**

Coordenador da EPC - Portaria - SEI 281 (53264819)

Chefe da Unidade de Projetos e Obras

(Assinado Eletronicamente)

**PEDRO THEOPHILO RAMOS NETO**

Integrante Requisitante da EPC - Portaria - SEI 281 (53264819)

Engenheiro Civil

Unidade de Projetos e Obras

(Assinado Eletronicamente)

**MARCO ANTÔNIO MOREIRA DA CUNHA**

Integrante Requisitante da EPC - Portaria - SEI 281 (53264819)

Analista Administrativo - Arquitetura

Unidade de Projetos e Obras

(Assinado Eletronicamente)  
**JOSÉ HALLYSON DE MOURA LIMA**  
Integrante Requisitante da EPC - Portaria - SEI 281 (53264819)  
Chefe do Setor de Infraestrutura Física

(Assinado Eletronicamente)  
**FRANCISCO ARTHUR COSTA DOS SANTOS**  
Integrante Requisitante da EPC - Portaria - SEI 281 (53264819)  
Engenheiro Mecânico  
Setor de Infraestrutura Física

**JOSÉ MARIA GONÇALVES NUNES DE MELO**  
Integrante Administrativo da EPC - Portaria - SEI 281 (53264819)  
Analista Administrativo - Administração Hospitalar  
Setor de Administração

Validado por:

(Assinado Eletronicamente)  
**JOELSON VITORIANO DOS SANTOS LIMA**  
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar

Aprovado por:

(Assinado Eletronicamente)  
**ROCHELLE GONÇALVES DE SOUZA**  
Gerente Administrativa do Complexo Hospitalar do Ceará - EBSEH

(Assinado Eletronicamente)  
**JOSENÍLIA MARIA ALVES GOMES**  
Superintendente do Complexo Hospitalar do Ceará - EBSEH



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Costa Castro Alves, Chefe de Unidade**, em 15/05/2026, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Arthur Costa dos Santos, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 15/05/2026, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Hallyson de Moura Lima, Chefe de Setor**, em 15/05/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Theophilo Ramos Neto, Engenheiro(a) Civil**, em 15/05/2026, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Moreira da Cunha, Analista Administrativo**, em 21/05/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joelson Vitoriano dos Santos Lima, Chefe de Divisão**, em 21/05/2026, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josenilia Maria Alves Gomes, Superintendente**, em 21/05/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rochelle Goncalves de Souza, Gerente**, em 22/05/2026, às 02:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Gonçalves Nunes De Melo, Analista Administrativo**, em 22/05/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **60921886** e o código CRC **73124743**.